

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: A DITADURA MILITAR
(1964-1985) E O MOVIMENTO DAS “DIRETAS-JÁ” (1983 – 1984)**

VICTOR MATHEUS DE LIMA

**Rio de Janeiro
2019.2**

VICTOR MATHEUS DE LIMA
HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: A DITADURA MILITAR
(1964-1985) E O MOVIMENTO DAS “DIRETAS-JÁ” (1983 – 1984)

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Siddharta Legale.

CIP - Catalogação na Publicação

L732h Lima, Victor Matheus de
 História dos Direitos Humanos no Brasil: A
 Ditadura Militar (1964-1985) e o movimento das
 "Diretas Já" (1983-1984) / Victor Matheus de Lima.
 - Rio de Janeiro, 2019.
 70 f.

 Orientador: Siddharta Legale.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

 1. História dos Direitos Humanos. 2. Direitos
 Humanos. 3. Movimento das "Diretas Já". 4.
 Ditadura Militar. 5. História do Brasil. I.
 Legale, Siddharta, orient. II. Título.

VICTOR MATHEUS DE LIMA
HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: A DITADURA MILITAR
(1964-1985) E O MOVIMENTO DAS “DIRETAS-JÁ” (1983 – 1984)

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Prof. Dr. Siddharta Legale.

Data da Aprovação: 09/12/2019

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Siddharta Legale

Profa. Dra. Daniela Silva Fontoura de Barcellos

Profa. Dra. Gisele Ricobom

Profa. Dra. Júlia Ávila Franzoni

Rio de Janeiro
2019.2

A Cecília [*in memoriam*].

AGRADECIMENTOS

Em meados de 2014, achava eu ter toda minha vida mapeada, sendo que eu ainda nem tinha certeza sobre qual faculdade cursar, se a UnB ou se a UFRJ. Mal sequer tinha terminado de decidir se faria o curso de Direito ou de Relações Internacionais.

Lembro, porém, de meu pai dizendo, em um perfeito momento de clareza, que o meu futuro estaria no Rio de Janeiro, sem discorrer muito sobre o assunto, e afirmando com veemência que eu deveria confiar no seu instinto e em sua sabedoria.

Apesar da minha incredulidade inicial, aceitei o conselho. Não poderia ter meu pai acertado mais em sua previsão. Não consigo inclusive pensar em qualquer outro lugar nessa fase da minha vida que teria me proporcionado tanto, sem pedir nada em troca. Posso dizer com firmeza que nesse meio tempo fiz jus ao meu título de carioca honorário.

Em primeiro lugar fiz grandes amigos, daqueles que levarei no coração para a vida toda. Juntos conseguimos sobrepor as grandes dificuldades da juventude de cabeça erguida. Encaremos a existência nos olhos e saímos todos vitoriosos, graças a companhia jamais relutante um do outro. Nunca faltou a camaradagem das trincheiras dos corredores e o apoio nas noites de consolo carioca.

Em especial, um deles posso chamar verdadeiramente de irmão, João Reiter. Me faltam palavras e espaço para esboçar minimamente a irmandade que construímos durante a faculdade e a gratidão que eu tenho por tudo que ele me ofereceu. Nossa história não se formou em momentos marcantes ou com grandes provas, mas com mostras de amizade e carinho cotidianas, nas quais nós dois sempre soubemos que poderíamos contar indubitavelmente um com o outro. Imagino meu futuro e não consigo conceber não o ter do meu lado.

Não poderia deixar também de agradecer a Gabriella Nunes. Nossa amizade não teve explicações nem razões. Podemos passar tempos sem nos falar, com a certeza de que vamos nos encontrar no mesmo lugar na vida, sempre preparado para voltar e confortar o outro quando mais precisamos. Posso confiar que antes mesmo de eu saber que preciso de um abraço, ela estará lá para me oferecer seu carinho.

Gostaria também de deixar registrado meus eternos agradecimentos à amizade que me deram, sem um momento de hesitação, Yasmin Venâncio, Bernardo Phillips, Carolina Guedes e Natália Rodrigues. A história do nosso time se confundirá com a história dessa faculdade.

Agradeço inclusive meus amigos de Manaus que jamais saíram e nem sairão de meu coração. Por mais que não nos falemos tanto como em nossa infância, é neles que retorno

sempre que preciso entender minhas origens e espelhar meu futuro. Serão sempre para mim uma fonte de amizade, inspiração e respeito Gabriel Barros, Lucas Alves e Fábio Gusmão.

Em segundo lugar, tenho certeza de que não conseguiria ter uma formação tão completa quanto a que tive na UFRJ em qualquer outro lugar do Brasil. Tive a oportunidade de estudar pessoalmente com os maiores nomes do Direito atualmente, acadêmicos os quais muitos dos meus colegas ao redor do Brasil tem suas obras como leitura obrigatória. Hoje consigo ver o quão completa e essencial foram suas aulas e ideias.

Em especial, gostaria de agradecer à professora Cecília Caballero Lois [*in memoriam*], que sempre acreditou no meu potencial e quem primeiro me mostrou as possibilidades de uma mente criativa na academia brasileira. Mais do que uma mentoria, ela me ofereceu uma amizade que sempre levarei no coração, onde quer que eu esteja.

Gostaria de agradecer profundamente à professora Hanna Sonkajärvi pelas orientações pontuais, mas fundamentais para o rumo deste trabalho, mesmo estando em outro continente. A liberdade acadêmica que ela me ofereceu em conjunto com um olhar atento e sábio foram essenciais para o formato que esse trabalho alcançou. Sempre há espaço e vontade para melhoras, mas tenho certeza que o resultado foi satisfatório levando em consideração o tempo e recursos que eu dispunha.

Além disso, a UFRJ me possibilitou uma das experiências mais especiais da minha vida acadêmica, qual seja, meu intercâmbio na Universidade de Viena. Na Áustria, tive contato com os maiores professores e intelectuais da Europa em Direitos Humanos, em especial Celia Donert, Stephan Wendehorst, Ralph Janik, Christina Binder e Ursula Kriebaum. Esse contato me influenciou profundamente na faculdade, sendo base para meu projeto de monografia. Fora que poder morar na Europa me mostrou como o mundo pode ser pequeno, amigável e diverso. Sentimentos que apenas exacerbaram meu desejo natural de desbravar a Terra.

No entanto, nada disso seria possível sem o apoio incomensurável dos meus pais. Desde que eu me entendo como pessoa, era claro para mim meu desejo de sair da minha cidade natal e buscar um futuro em algum outro lugar. E desde cedo pude contar com a ajuda de meus pais que sempre acreditaram em mim e me proporcionaram todas as oportunidades que eu precisava para me tornar quem eu sou hoje.

Se hoje posso dizer que tenho algum sucesso, eu devo tudo a eles, que nunca deixaram de acreditar que o seu filho poderia alcançar coisas incríveis, apenas com o apoio e amor que eles nunca me negaram.

Agradeço esse exato momento da minha vida também a toda minha família que, sem risco de estar exagerando, me contribuiu com uma rede enorme de carinho que sempre me levou

a tentar o meu melhor sem medo de cair. Eles sempre me deram um lugar de amor para voltar quando eu precisasse e eu sempre voltarei, de braços abertos.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que de alguma forma fizeram a minha vida especial. É pela soma de todas essas experiências que posso dizer que sou quem eu sou hoje. E se tenho orgulho dessa pessoa, devo meus sinceros agradecimentos, respeito e carinho a todos que contribuíram nem que com uma palavra de afeto ou experiência que tenha sido.

Compartilho esse sucesso com o mundo e espero não decepcionar todos aqueles que um dia acreditaram em mim.

Eu vejo o futuro repetir o passado

Eu vejo um museu de grandes novidades

Cazuza

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a fazer uma revisão sobre a corrente da *Deep History*, mais tradicional na academia brasileira, tentando demonstrar que a mesma não é única e tampouco incontroversa, quando identifica a Revolução Francesa como criadora do conceito de Direitos Humanos. Para tanto, faz-se uso de uma abordagem revisionista e antideterminista da história para identificar o ponto fulcral de surgimento dos Direitos Humanos como sendo o final do século XX, quando abandonam sua raiz liberal-cristã. Especificamente no caso brasileiro, tenta-se demonstrar que a redemocratização após a ditadura militar de 1964 foi feita pelas manifestações de diferentes grupos na sociedade que utilizaram da recém-criada linguagem dos Direitos Humanos para legitimar seus pleitos, na figura simbólica do movimento das “Diretas Já”, uma vez que a linguagem constitucional e política não conseguia abranger essa demanda à época, tendo sido absorvida pelo regime militar. Conclui-se que o caso brasileiro suporta a teoria revisionista de surgimento dos Direitos Humanos, colocando sua real aparição na década de 1980, quando consegue de fato atingir uma pretensão à universalidade, essencial ao conceito.

Palavras-Chave: História dos Direitos Humano; Direitos Humanos; Movimento das “Diretas Já”; História do Brasil; Ditadura Militar; Revisionismo.

ABSTRACT

This research aims to revisit the Deep History theory – which is the Brazilian academy’s most traditional point of view – and tries to demonstrate that this approach is neither unique nor incontrovertible, when it identifies the French Revolution as the moment when Human Rights were invented. To this end, a revisionist and anti-deterministic approach to history is used to identify the pivotal point of Human Rights’ emergence as being the end of the 20th century when they abandon their liberal-Christian roots. Specifically in the Brazilian case, this paper tries to demonstrate that the post-dictatorship redemocratization was made possible by the manifestations of different groups in society that used the newly created language of Human Rights to legitimize their claims, in the symbolic figure of the “Diretas Já” movement, once contemporary constitutional and political language were not able to support this demand, having been absorbed by the military regime. In the end, the Brazilian case supports the revisionist theory of the emergence of Human Rights, placing its real appearance in the 1980s, when it attained a universal character, essential to the concept.

Keywords: Human Rights History; Human Rights; “Diretas Já” movement; History of Brazil; Military Dictatorship; Revisionism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: A DITADURA MILITAR (1964-1985) E O MOVIMENTO DAS “DIRETAS-JÁ” (1983 – 1984).....	24
1. DAS ORIGENS RECENTES DOS DIREITOS HUMANOS	24
2. DA DITADURA MILITAR	31
2.1. Do golpe	31
2.2. Dos governos militares.....	41
3. DO MOVIMENTO DAS “DIRETAS JÁ”	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

INTRODUÇÃO

No século XXI, os Direitos Humanos são percebidos como uma ideia que se presume auto evidente e para a qual não se necessita justificação. Ao menos na tradição ocidental, os Direitos Humanos têm uma ressonância tão universal e inatacável que, de acordo com Stefan-Ludwig Hoffmann¹, a única coisa que se discute sobre a matéria é como melhor implementar os direitos já arbitrados; não há uma discussão ampla sobre a justificativa dos Direitos Humanos.

No entanto, apesar de se considerar que os Direitos Humanos são um conceito amplamente aceito tanto espacialmente quanto temporalmente, de acordo com Samuel Moyn², apenas a partir da década de 1990 historiadores começaram a se preocupar de fato com o estudo de sua história.

Nessa mesma época, percebe-se um aumento não antes visto do tópico em debates políticos, acadêmicos e sociais. Adicionalmente, há um aumento similar de intervenções humanitárias embasada na defesa desses Direitos Humanos³. A ONU, apenas na década de 1990, iniciou 35 operações das tropas de paz, em contraste com as 18 missões anteriores que implementou entre 1948 e 1989⁴.

Essa também foi a retórica utilizada pelo então presidente George W. Bush em seu pronunciamento feito ao povo americano quando do seu famoso ultimato dado a Saddam Hussein para sair do Iraque em até 48 horas, à luz dos eventos que se sucederam em 11 de setembro de 2001.

Ainda que se argumente ser um recurso meramente retórica, há inequivocamente nessa declaração uma denotação clara de proteção aos Direitos Humanos. Ao comparar os elementos do texto com os dispositivos de proteção conferidas pela Declaração Universal dos Direitos

¹ HOFFMAN, Stefan-Ludwig. Introduction: Genealogies of Human Rights. In: HOFFMAN, Stefan-Ludwig (Org.). **Human Rights in the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. P. 1.

² MOYN, Samuel. On the Genealogy of Morals. **The Nation**, Nova Iorque, 16 de abril de 2007. Books and the Arts. P. 25.

³ *Ibid.* P. 26

⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Lista de Operações de Manutenção da Paz entre 1948 e 2018**. Disponível em <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/180413_unpeacekeeping-operationlist_2.pdf>. Acessado em 1º de novembro de 2019.

Humanos⁵ (DUDH/48), é possível perceber uma defesa nítida dos direitos à vida, liberdade e segurança pessoal⁶ e à vedação à tortura⁷, conforme se vê em:

“Muitos iraquianos podem me ouvir hoje à noite em uma transmissão de rádio traduzida, e eu tenho uma mensagem para eles. Se precisarmos iniciar uma campanha militar, ela será dirigida contra os homens sem lei que governam seu país e não contra vocês. À medida que nossa coalizão tirar seu poder, forneceremos os alimentos e os remédios necessários. Derrubaremos o aparato de terror e ajudaremos vocês a construir um novo Iraque que seja próspero e livre. No Iraque livre, não haverá mais guerras de agressão contra seus vizinhos, fábricas de veneno, execuções de dissidentes, câmaras de tortura e estupros. O tirano logo desaparecerá. O dia da sua libertação está próximo. [...] Os Estados Unidos, com outros países, trabalharão para promover a liberdade e a paz nessa região. Nosso objetivo não será alcançado da noite para o dia, mas poderá ocorrer com o tempo. O poder e o apelo da liberdade humana são sentidos em toda vida e em toda terra. E o maior poder da liberdade é vencer o ódio e a violência e transformar os dons criativos de homens e mulheres em busca da paz.”⁸

(Tradução própria)

A pergunta que se faz, então, é por que e como o final do século XX e o início do século XXI viram uma auto evidência dos Direitos Humanos tão calorosa e enfaticamente disseminada? Mais do que qualquer outro momento anterior, cujos marcos são sempre citados para justificar a criação dos Direitos Humanos. Trata-se de uma afirmação de auto evidência forte o suficiente para, inclusive, sobrepor dogmas seculares como o da soberania estatal nos casos de intervenção humanitária.

⁵ DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. 10 de dezembro de 1948. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acessado em 20 de novembro de 2019.

⁶ Artigo III - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

⁷ Artigo V - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

⁸ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (2001 – 2009: George W. Bush). **Discurso por ocasião do ultimato dado ao então presidente Saddam Hussein para sair do Iraque em até 48 horas**. Washington, 17 de março de 2003. Disponível em <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html>>. Acessado em 1º de novembro de 2019. “Many Iraqis can hear me tonight in a translated radio broadcast, and I have a message for them. If we must begin a military campaign, it will be directed against the lawless men who rule your country and not against you. As our coalition takes away their power, we will deliver the food and medicine you need. We will tear down the apparatus of terror and we will help you to build a new Iraq that is prosperous and free. In a free Iraq, there will be no more wars of aggression against your neighbors, no more poison factories, no more executions of dissidents, no more torture chambers and rape rooms. The tyrant will soon be gone. The day of your liberation is near. [...] The United States, with other countries, will work to advance liberty and peace in that region. Our goal will not be achieved overnight, but it can come over time. The power and appeal of human liberty is felt in every life and every land. And the greatest power of freedom is to overcome hatred and violence, and turn the creative gifts of men and women to the pursuits of peace.”

Nesse sentido, inúmeros interpretações da história foram utilizadas para legitimar diferentes conceitos de Direitos Humanos. Entre essas diferentes perspectivas, está a abordagem da *deep history*, tendo sido notoriamente difundida por Lynn Hunt em seu livro “A invenção dos Direitos Humanos: uma história” e amplamente disseminado na literatura especializada brasileira.

Além dessa, há também a menos conhecida abordagem revisionista, criada como resposta à primeira por Samuel Moyn, através de uma série de artigos e publicações que não foram traduzidos para a língua portuguesa.

Em uma explicação sucinta, a abordagem da *deep history* defende que, no século XVIII, com o crescimento exponencial de leitores de romances epistolares na Europa, houve uma disseminação e alargamento da capacidade de empatia. Isso, somado com o apogeu dos valores cristãos da Igreja Católica, em especial a individualização expressiva da pessoa humana, possibilitou a criação do arcabouço sentimental e filosófico que, no final do século, suportaria a implementação da ideia de Direitos Humanos.

A partir da revolução americana em 1776 e da revolução francesa em 1789 teria se dado, na visão de Lynn Hunt, o pontapé inicial do que se tornaria uma revolução por si própria, a invenção dos Direitos Humanos, notavelmente circunscritos na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

Lynn Hunt afirma haver um eco inequívoco entre essas declarações do século XVIII e a DUDH/48⁹, de modo a tentar enfatizar as circunstâncias históricas do século XVIII que criaram as raízes do que poderia se chamar de Direitos Humanos no século XX e XXI.

Essas declarações são consideradas um dos grandes marcos históricos dos Direitos Humanos pela *deep history* de Lynn Hunt principalmente por duas razões: (i) seu conteúdo político inigualável em outras legislações anteriores ao período; e (ii) terem sido as primeiras a serem endossadas com base em um arcabouço filosófico e emocional que não havia sido completamente desenvolvido e alargado até o final do século XVIII.

⁹ HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos: uma história**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. P. 17.

Em se tratando da primeira grande razão, os Direitos Humanos enquanto conceito requerem três qualidades encadeadas, quais sejam, serem naturais, iguais e universais¹⁰. Essas qualidades devem vir ainda acrescidas de um conteúdo político se desejam ser garantidos no mundo secular.

Apesar de tratar da mesma temática e trazer normas de proteção parecidas, a *Bill of Rights* de 1689, por exemplo, não trazia esse caráter igualitário e universal necessário aos direitos humanos.

No entanto, em 1776 essas três qualidades se apresentam na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América como sendo auto evidentes, conforme se vê em:

“Consideramos essas verdades auto evidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade.”¹¹

(Tradução própria)

Ou seja, entre 1689 e 1776 direitos políticos restritos a um determinado grupo de cidadãos passaram a ser considerados Direitos Humanos.

Em se tratando da segunda grande razão, os Direitos Humanos precisam de uma base racional e uma base emocional. Na base racional, está o grande pilar da autonomia, que traz a ideia de que uma pessoa passa a ser um indivíduo quando tem capacidade de raciocinar e independência de decidir. Na base emocional, o que está em jogo é reconhecer outras pessoas como indivíduos também autônomos. É a igualdade internalizada através da empatia.¹²

¹⁰ HUNT, Lynn. Op. cit. P. 19; e NOWAK, Manfred. **Introduction to the International Human Rights Regime**. Leiden, Países Baixos: Martinus Nijhoff Publishers, 2003. P. 25-27.

¹¹ DECLARAÇÃO de Independência dos Estados Unidos da América. 4 de julho de 1776. Disponível em < <http://www.ushistory.org/declaration/document/>>. Acessado em 1º de novembro de 2019.

“We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness.”

¹² HUNT, Lynn. Op. cit. P. 24-27.

Esses dois pilares, autonomia e empatia, chegam então no final do século XVIII a um nível de sofisticação e abrangência que possibilitaria, segundo Lynn Hunt, o surgimento dos Direitos Humanos em seu caráter auto evidente.

Os Direitos Humanos ficariam, portanto, sujeitos a discussão não em sua hipótese, mas em seu conteúdo aplicável com bases nos pilares de seu surgimento. Ou seja, não sendo uma pessoa autônoma, não seria ela alvo dos direitos humanos (como os negros, mulheres e judeus durante boa parte da história ocidental).

O ponto central da teoria da *deep history* é entender que os romances epistolares funcionaram no século XVIII como catalisadores desses pilares, que então permitiram o desenvolvimento necessário para suportar o arcabouço lógico dos Direitos Humanos. Nas próprias palavras de Lynn Hunt:

“Acredito que a mudança social e política – nesse caso, os direitos humanos – ocorre porque muitos indivíduos tiveram experiências semelhantes, não porque todos habitassem o mesmo contexto social, mas porque, por meio de suas interações entre si e com suas leituras e visões, eles realmente criaram um novo contexto social. [...]. Para que os direitos humanos se tornassem autoevidentes, as pessoas comuns precisaram ter novas compreensões que nasceram de novos tipos de sentimento.”¹³

Através de romances epistolares os contemporâneos do século XVIII começaram a aprender a empatia como algo possível de extensão além do círculo próximo de convivência¹⁴. A empatia, com esses romances, demonstrou ser capaz de atravessar fronteiras, inclusive, de existência fática através da intensa identificação com as personagens.

A capacidade de empatia por certo depende de um componente biológico, mas sua extensão para incluir direitos iguais no tempo presente pode ser vista como possível através da leitura desse gênero de romances. Nesse período, mais pessoas de todas as classes sabiam ler e os personagens em geral agora refletiam pessoas comuns enfrentando problemas cotidianos, como criados, marinheiros e moças da “classe média” em questões como amor, casamento e carreira¹⁵.

¹³ *Ibid.* P. 33.

¹⁴ *Ibid.* P. 36

¹⁵ *Ibid.* P. 40.

As razões para que esse tipo de romance tornasse possível a extensão da empatia são basicamente duas, de acordo com Lynn Hunt¹⁶. Em primeiro lugar, no romance epistolar não há ponto de vista autoral. Através da utilização de cartas escritas diretamente pelos personagens, a figura do autor ficava obscura, possibilitando uma sensação intensificada de identificação. Em segundo lugar, o uso de cartas permitia um desenvolvimento mais livre dos personagens, que podiam escrever com mais detalhes sobre suas emoções interiores, o que ensejava na identificação mais intensa e mais rápida dos leitores, cruzando inclusive as fronteiras de gênero.

O alcance viral desses romances é demonstrado por um estudo das bibliotecas particulares montadas entre 1740 e 1760, mostrando que “Julia: ou a nova Heloísa” de Jean-Jacques Rousseau, publicado em 1761, e “Pamela: ou a virtude recompensada” de Samuel Richardson, publicado entre 1747 e 1748, estavam entre os três romances com mais probabilidade de serem encontradas nas estantes¹⁷.

Não seria, nesse sentido, coincidência que os três maiores romances epistolares do século XVIII¹⁸, fossem todos publicados no período que imediatamente precedeu o surgimento do conceito de “direitos do homem”. O auge do romance epistolar coincidiria então cronologicamente com o nascimento dos Direitos Humanos¹⁹.

Nesse mesmo sentido argumenta Michel Foucault quando discorre sobre o desaparecimento dos suplícios e do espetáculo da tortura no final do século XVIII e século XIX, conforme se vê em:

“O afrouxamento da severidade penal no decorrer dos últimos séculos é um fenômeno bem conhecido dos historiadores do direito. Entretanto, foi visto, durante muito tempo, de forma geral, como se fosse fenômeno quantitativo: menos sofrimento, mais suavidade, mais e respeito e ‘humanidade’. Na verdade, tais modificações se fazem concomitantes ao deslocamento do objeto da ação punitiva. Redução de Intensidade? Talvez. Mudança de objetivo, certamente.”²⁰

¹⁶ *Ibid.* P. 42-43.

¹⁷ *Ibid.* P. 46-47.

¹⁸ “Julia: ou a nova Heloísa” de Jean-Jacques Rousseau, publicado em 1761, e “Pamela: ou a virtude recompensada” e “Clarice: ou a história de uma jovem” de Samuel Richardson, publicados em 1740 e entre 1747 e 1748, respectivamente.

¹⁹ HUNT, Lynn. Op. cit. P. 40.

²⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 36ª ed. Vozes: Petrópolis, 2009. P. 21.

Do final do século XVIII aos dias de hoje, Lynn Hunt chama atenção para a o que ela denomina de “cascata de direitos”, que seria o aumento progressivo e natural do ordenamento jurídico humanitário ao redor do mundo. Ela sustenta que o movimento natural de alargamento da empatia e autonomia impossibilita a sustentação indefinida de uma lógica de exclusão, mas sim impõe uma lógica de inclusão. Cada vez mais fica difícil sustentar uma retórica de negação de direitos a seres humanos de grupos étnicos, raciais e religiosos distintos.

É preciso notar que sua teoria da “cascata de direito” não faz uma distinção entre as diferentes dimensões dos Direitos Humanos, cunhado por Karel Vasak²¹ em 1978, mas tão somente faz uma análise de desenvolvimento geral e linear a partir, principalmente, de dois direitos de primeira dimensão, quais sejam, o direito à vida e a vedação à tortura.

Contudo, apesar de ser uma classificação baseada apenas na realidade ocidental e em uma narrativa linear e evolucionista da história dos Direitos Humanos²², é uma boa classificação para fins meramente ilustrativos e de organização para debate.

Além disso, duas dessas classificações dimensionais encontram respaldo na Carta Internacional dos Direitos Humanos, principalmente em seus dois pactos de 1966, quais sejam, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP/66) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC/66); respectivamente tratando de direitos de primeira e segunda dimensões.

A primeira dimensão são os chamados direitos civis e políticos, que englobam todos os direitos de titularidade individual ou individual homogênea que requerem uma ação negativa do Estado, como o direito à vida, à vedação da tortura e escravidão, à liberdade de pensamento, de consciência, de religião e de expressão etc.

A segunda dimensão seriam os direitos econômicos, sociais e culturais, que englobam os direitos de titularidade coletiva e são exercidos através de ações positivas do Estado, como o direito ao trabalho, à seguridade social, à alimentação, à moradia, ao transporte, à educação etc.

²¹ VASAK, Karel. A realidade jurídica dos direitos do homem. In: VASAK, Karel (Org). **As dimensões internacionais dos direitos do Homem**. atual. UNESCO: Lisboa, 1983.

²² NOWAK, Manfred. Op. cit. P. 23

Por fim, os direitos de terceira dimensão seriam aqueles de titularidade difusa, que apenas podem ser implementadas a partir de uma prática universal das instituições globais, como o direito à paz, à autodeterminação dos povos, a um meio ambiente saudável etc.

A partir dessa breve explicação das ideias de Lynn Hunt, portanto, pode-se perceber sua inovação e apelo doutrinário-romântico ao apresentar uma história tão enraizada na própria sociedade ocidental e tão dependente da expressão artística de seu tempo.

No Brasil, a corrente da *deep history* é frequentemente citada como referencial teórico quando se trata da história dos Direitos Humanos e suas ideias são ecoadas ao longo da doutrina especializada sem muitos questionamentos, sendo muitas vezes inclusive regredida até o Código de Hamurabi. A título de exemplificação, essa teoria é resumida em poucas linhas, conforme se vê em:

“Essas ideias [cristianismo e teorias contratualistas] tiveram decisiva influência sobre a Declaração de Direitos da Virgínia, de 1776, e sobre a Declaração francesa, de 1789. Talvez, por isso, com maior frequência, situa-se o ponto fulcral do desenvolvimento dos direitos fundamentais na segunda metade do século XVIII, sobretudo com o *Bill of Rights* de Virgínia (1776), quando se dá a positivação dos direitos tidos como inerentes ao homem, até ali mais afeiçoados a reivindicações políticas e filosóficas do que a normas jurídicas obrigatórias, exigíveis judicialmente.”²³

“Esse contexto de constante luta dos revolucionários com os exércitos das monarquias absolutistas europeias impulsionou a Revolução Francesa para além das fronteiras daquele país, uma vez que os revolucionários temiam que as intervenções estrangeiras não cessariam até a derrota dos demais Estados autocráticos. Esse desejo de espalhar os ideais revolucionários distinguiu a Revolução Francesa das anteriores revoluções liberais (inglesa e americana, mais interessadas na organização da sociedade local), o que consagrou a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão como sendo a primeira com vocação universal. Esse universalismo será o grande alicerce da futura afirmação dos direitos humanos no século XX, com a edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos.”²⁴

“Na época em que prevalecia o Absolutismo, o Iluminismo, com o humanismo que o caracterizava, veio a enfatizar a necessidade de valorização da pessoa diante de poderes pretensamente ilimitados. O ideário iluminista marcou inicialmente a Independência Americana, em 1776, e alguns dos principais documentos relacionados a esse fato histórico, como a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia (Declaração de Virgínia), de 1775, e a Constituição dos EUA, de 1787. A partir de então, tornou-se comum o aparecimento das chamadas “declarações de direitos”, com normas que dariam a feição moderna dos direitos humanos. Tornou-se frequente também a consagração desses direitos nas Constituições dos Estados, que progressivamente passariam a ser um dos principais instrumentos jurídicos de proteção da dignidade humana. A Revolução Francesa, também guiada pelo ideário iluminista, veio a consagrar inúmeros direitos da pessoa em documentos como a

²³ BRANCO, Paulo. Teoria Geral dos direitos fundamentais. In MENDES, Gilmar; e BRANCO, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. P. 136.

²⁴ RAMOS, André. **Curso de Direitos Humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. P. 40.

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e as Constituições de 1791 e de 1793, que reconheceram expressamente a liberdade e a igualdade inerentes ao ser humano, bem como a necessidade de limitar dos poderes estatais, de modo a que estes não interferissem na esfera de liberdade dos indivíduos. Com a grande influência que a França exercia nas relações internacionais naquela época, os valores defendidos dentro da Revolução Francesa espalharam-se pelo mundo, mormente na Europa e nas Américas.”²⁵

No entanto, essa visão mais tradicional da academia brasileira, embasada em uma corrente da *deep history*, não é a única e tampouco incontroversa. Alguns dos trabalhos que encabeçam esses debates, como as obras de Samuel Moyn e Stefan-Ludwig Hoffman, nunca foram traduzidas para a língua portuguesa e não fizeram parte da construção de um debate acadêmico tipicamente brasileiro, que tem capacidade de ser rico e inovador.

Além disso, a corrente da *deep history* encontra diversos questionamentos quando aplicada na realidade brasileira. Por que, por exemplo, uma cultura jurídica tão embasada na francesa e americana teve seus principais momentos ditatoriais de supressão de Direitos Humanos a partir do final do século XIX? Como explicar o papel extremamente importante dos movimentos sociais na luta por igualdade de direitos a diferentes grupos à luz da então determinista “cascata de direitos” de Lynn Hunt? Por que apenas na Constituição de 1988 surgiram as primeiras manifestações constitucionais relevantes de uma sociedade de fato influenciada pelos Direitos Humanos?

Pretende-se nessa exposição, então, fazer uma breve análise de outra corrente doutrinária, qual seja, a corrente revisionista de Samuel Moyn e abordar sua crítica à corrente da *deep history* de Lynn Hunt, a fim de apresentar uma alternativa acadêmica para o caso brasileiro de surgimento dos Direitos Humanos.

Para tanto, será analisado o caso brasileiro como caso concreto para demonstrar a força explicativa da corrente revisionista, partindo da hipótese de que houve um crescimento exponencial da importância dos Direitos Humanos através da incorporação da então recém-criada linguagem de Direitos Humanos pela oposição brasileira nos movimentos contrários à ditadura militar a partir da década de 1960; mais proeminente, porém, nos movimentos sociais da década de 1980 pela redemocratização do Brasil.

Nessa década, ganharam força as reivindicações pela abertura política do país com o exemplo notório da campanha *Diretas já*, que entende-se ter absorvido a linguagem dos Direitos

²⁵ PORTELA. Paulo. **Direito Internacional Público e Privado**. 9. ed. Salvador: Jus Podium. P. 840.

Humanos para criar legitimidade nacional e internacional, em um contexto no qual o direito constitucional em vigor e a linguagem política e jurídica como um todo à época não eram capazes de abranger as reivindicações destes grupos, tendo sido incorporados e controlados pelos governistas por mais de duas décadas.

Nessa mesma década, iniciou-se o processo de redemocratização, cujos princípios fundamentais incluíam a primazia dos Direitos Humanos, inclusive durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e, posteriormente, na própria Constituição Federal de 1988, a então chamada Constituição Cidadã pela amplitude de direitos conferidas em seu texto.

Poder-se-ia argumentar que se tratava de uma ênfase política natural, uma vez que o Brasil estava saindo de um período ditatorial marcado pela repressão estatal. Porém, seria uma observação simplória que não conseguiria justificar essa não-ênfase em períodos posteriores a ditaduras passadas como a ditadura do Estado Novo, por exemplo.

É notável como a linguagem dos Direitos Humanos adotada pelos diferentes grupos presentes na Assembleia configurou profundamente as dinâmicas políticas do país e a própria noção de direitos fundamentais em nosso processo constitucional.

O Lobby do Batom, por exemplo, em sua Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987, no trecho em que propõe sobre as questões nacionais e internacionais, afirma a:

“1 – Garantia de integração ao texto constitucional dos Tratados e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é subscritor, que consagrem os direitos fundamentais, humanos e sociais, entre os que proíbem tratamento discriminatório, com exigibilidade de seu cumprimento.”²⁶

A proposta desta pesquisa portanto é verificar em que medida a abertura política da década 1980 absorveu a então recém-criada linguagem dos Direitos Humanos para traduzir suas reivindicações, o quanto essa linguagem foi absorvida como parâmetro para nossa refundação democrática e o quanto o caso brasileiro suporta a teoria revisionista de Samuel Moyn.

²⁶ CARTA das Mulheres aos Constituintes de 1987. Disponível em < https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf>. Acessado em 1º de novembro de 2019.

Dessa forma, após uma breve explicação sobre a teoria revisionista, será feita uma análise da ditadura militar brasileira em duas partes principais, o golpe de 1964 e os governos militares subsequentes. Nessa exposição, tentar-se-á verificar quais os objetivos pretendidos ao instalar o regime militar e como essa lógica se perpetuou ao longo das duas décadas seguintes.

Não se pretende no escopo deste trabalho discorrer profundamente sobre as causas ao redor do golpe militar de 1964 tampouco proferir juízo de valor acerca desses acontecimentos, mas tão somente explicitar: (i) alguns elementos políticos, sociais e jurídicos presente à época; (ii) como eles se alteraram ou não ao longo das próximas duas décadas ao se aproximar do fim do regime ditatorial e início da abertura política do país; e (iii) em que medida esses elementos influenciaram o surgimento de uma linguagem comum entre os grupos políticos distintos.

Tal exposição visa tão somente uma melhor compreensão de quais os elementos que de fato entrarem em cena na década de 80 e quais já estavam presentes no cenário político brasileiro.

Pretende-se chamar atenção, principalmente, para a agenda política considerada como governista e, portanto, implementada dentro de uma lógica autocrática e ditatorial e como sua absorção pelo regime militar foi feita a partir de uma criminalização da linguagem empregada pela oposição (independentemente de origem dentro do espectro político).

Dentro desse enfoque, far-se-á uma análise da linguagem e da retórica utilizada pelos governos militares ao longo do período ditatorial para então ser contraposta à linguagem utilizada ineditamente no movimento das “Diretas-Já”.

Objetiva-se demonstrar que a linguagem utilizada pelo movimento foi uma de proteção aos Direitos Humanos e que fosse capaz não apenas de justificar seu grande apelo popular, mas também fosse capaz de unir a oposição através do espectro político dentro de uma única bandeira, sem que para isso fosse necessário utilizar uma linguagem que fosse ou controlado pelo governo ou criminalizada por ele.

Por fim, com isso, pretende-se demonstrar que o emprego dessa linguagem pode ser considerado de fato como uma pretensão concreta à universalidade, que é essencial ao conceito

de Direitos Humanos. Isso somado aos novíssimos fóruns de pleito na comunidade internacional podem ser vistos verdadeiramente como o marco histórico recente dos Direitos Humanos, e não, por exemplo, a Revolução Francesa do século XVIII.

Entender como os Direitos Humanos vierem de fato a existir no mundo em suas atuais configurações, no meio de uma crise global notória marcada pelo extremismo, autoritarismo e ufanismo, revela não apenas as suas origens históricas e filosóficas, mas também possibilita uma análise mais precisa de sua situação no presente, de maneira mais detalhada do que qualquer outra abordagem.

A verdadeira história dos Direitos Humanos então importa à medida que confronta os problemas do presente com os desafios do futuro e permite ao Brasil não somente uma chance de reviver seu passado, mas também de projetar rumos realistas para um futuro melhor.

HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: A DITADURA MILITAR (1964-1985) E O MOVIMENTO DAS “DIRETAS-JÁ” (1983 – 1984)

1. DAS ORIGENS RECENTES DOS DIREITOS HUMANOS

Como dito anteriormente, de acordo com Samuel Moyn²⁷, foi apenas a partir da década de 1990 que os historiadores começaram a se preocupar com o estudo da história dos Direitos Humanos.

Samuel Moyn classifica então como uma abordagem determinista da *deep history* a nova tendência histórica dos últimos anos em descrever as origens profundas dos Direitos Humanos, usando como ponto de partida, em geral, a revolução francesa e em seguida o momento pós-segunda guerra mundial.

Essa, porém, é uma tentativa tardia de tentar alterar o passado para melhor acomodar o presente, por não ter acompanhado a virada política do final do século XX em direção à defesa dos Direitos Humanos.

No entanto, até mesmo escritores entusiasmados com a aparente supremacia dos Direitos Humanos e defensores de sua inerente universalidade, perceberam recentemente como essa posição mascara na realidade uma pretensão imperialista americana.

O publicista David Rieff²⁸, por exemplo, de início mantinha uma posição de entender os Direitos Humanos e intervenções humanitárias como sendo uma panaceia universal. No entanto, alguns anos mais tarde, passou a entendê-los como uma manta criada para cobrir o humanismo militar e imperial americano.

Na mesma linha, Tony Judt²⁹, antes defensor fervoroso do status extra político dos Direitos Humanos, passou a criticar a abordagem universalista feita pelos Direitos Humanos

²⁷ MOYN, Samuel. Op. cit. (2007). P. 25.

²⁸ RIEFF, David. The End of Human Rights? **Foreign Policy**, Washington, 9 de abril de 2018. Argument. Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2018/04/09/the-end-of-human-rights-genocide-united-nations-r2p-terrorism/>>. Acessado em 4 de novembro de 2019.

²⁹ JUDT, Tony. **Ill Fares the Land**. Nova Iorque, 2010. *Apud* MOYN. **Human Rights and the uses of History**. Verso: Londres, 2014. P. 85.

como sendo passível de mascarar interesses particulares através de sua alta pretensão à abstração.

Essa oposição a uma narrativa tradicional de raízes históricas profundas dos Direitos Humanos é embasada principalmente em duas omissões fundamentais da corrente da *deep history*.

A primeira dessas omissões é o que Lynn Hunt caracteriza como as raízes de fato do movimento dos Direitos Humanos no século XVIII, em razão do aumento de empatia e o alargamento do conceito de individualidade, que acabaram por culminar na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão na França no final do século.

Para Samuel Moyn, é inegável que esses dois pilares podem ter sido fortes influências para o movimento³⁰, mas não podem ser confundidos com sendo causas diretas e determinantes para o movimento como um todo.

Essa abordagem, por exemplo, ignora movimentos anteriores ao Iluminismo, que também geraram pilares conceituais necessários para os Direitos Humanos, como o estoicismo clássico grego, o direito natural cristão da Idade Médica e o contratualismo do século XVII³¹.

Além disso, a abordagem da *deep history* ignora o fato de que o humanismo do século XVIII não necessariamente adotou a forma de assertivas revolucionárias para afirmação de direitos, seja em uma esfera doméstica ou internacional.

É importante notar que os sentimentos de empatia e individualidade gerados no seio do humanismo do século XVIII não justificam apenas o surgimento de Direitos Humanos, mas também movimentos de terror e opressão, como bem justifica Hanna Arendt³² ao analisar as políticas do Terror de Robespierre na Revolução Francesa como sendo embasadas em sentimentos de piedade e dor alheia. Portanto, se o humanismo pode ter consequências ambíguas, então também as podem ter os direitos em si por ele gerados.

³⁰ MOYN, Samuel. Op. cit. (2014). P. 4.

³¹ *Ibid.* P. 5.

³² ARENDT, Hanna. **The Origins of Totalitarianism**. New Edition with added prefaces. A Harvest Book: San Diego, 1979. P. 125-170.

Adicionalmente, a abordagem feita por Lynn Hunt ignora o fato de que o humanismo não gerou as bases conceituais para justificar o direito à liberdade religiosa, o direito à expressão, o direito à garantias processuais e o direito à propriedade³³, mas tão somente os direitos de primeira dimensão, em especial o direito à vida e a vedação à tortura.

Nesse caso, os direitos originados nas revoluções do século XVIII não podem ser vistos como um marco para o eventual triunfo dos Direitos Humanos na modernidade, mas sim como movimentos diferentes em contextos diferentes.

A segunda omissão fundamental da abordagem da *deep history* é o seu inerente determinismo histórico, a começar pelo que Lynn Hunt cunhou de “cascata de direitos humanos”, um arcabouço lógico que acaba por fazer um grupo que proclama certos direitos como humanos estender ou ao menos considerar fazê-lo para grupos minoritários como judeus, negros e mulheres.

Lynn Hunt parece então sugerir um fundamento biológico nos Direitos Humanos, mesmo que ela trace ao longo de seu livro a importância das circunstâncias históricas e culturais para seu surgimento, uma vez que um dos seus conceitos basilares exige a capacidade biológica de sentir empatia.

A abordagem da *deep history* também acaba por focar desproporcionalmente na violação corporal em geral e na tortura para justificar o idealismo humanitário da década de 90 e acaba por ignorar o papel fundamental que o direito da propriedade e direitos econômicos e políticos tomaram na formação das declarações de Direitos Humanos dessa era³⁴.

Samuel Moyn destaca que o contexto histórico no qual essa pretensão surgiu precisa ser entendido. O que Lynn Hunt e Michael Foucault chamam de “rito do sacrifício”, em que o criminoso era punido em praça pública para lhe prover expiação, era um rito teatral com suas proporções aumentadas³⁵.

³³ MOYN, Samuel. Op. cit. (2007). P. 26.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Ibid.* P. 28.

Porém, como aponta David Bell³⁶, o estado de guerra total que surgiu nos anos revolucionários é o que realmente caracteriza o cume do sacrifício público, e não a tortura em praça pública de um único indivíduo.

Nesse sentido, quando se afirma que o triunfo do humanismo é irmão gêmeo da abolição da carnificina, graças à pretensão moderna ao auto sacrifício em nome de uma causa humanitária, Lynn Hunt parece não perceber que a abstração universalista dos Direitos Humanos por ela defendida - por poder aumentar progressivamente o escopo de o que são Direitos Humanos - pode esconder e/ou justificar pretensões individuais e muitas vezes violentas em nome de um ideal humanitário, como por exemplo a guerra ao terror americana no Iraque, notavelmente em seu discurso citado anteriormente.

Dizer que o humanismo do Iluminismo possibilitou na Revolução Francesa a invenção dos Direitos Humanos é o mesmo que dizer, de acordo com Samuel Moyn³⁷, que Thomas Edson inventou a internet, quando na verdade ele apenas criou as condições para essa possibilidade futura.

Nesse sentido, o maior equívoco da abordagem da *deep history* não é a seletividade, mas a ahistoricidade, pois essa corrente parte da consideração de que os Direitos Humanos seriam como um conjunto de ideias a ser simplesmente descoberto e aceito, como a gravidade.

Nessa mesma linha argumentativa, pode-se afirmar que no século XIX não se viu nenhuma manifestação universal de direitos humanos e, se houve, foram com pretensões meramente na esfera nacional³⁸. Até mesmo a Revolução Francesa, em sua Declaração Universal dos Direitos dos Homens, não ultrapassou a esfera do poder nacional.

De acordo com Samuel Moyn essas narrativas são uma ilusão, uma vez que os direitos previstos nesses movimentos dependiam diretamente da ordem política e são inseparáveis do Estado, não apenas em um viés garantistas, mas também em um viés definidor³⁹. A Declaração Universal do Direitos do Homem de 1789 valia então apenas para os Franceses.

³⁶ BELL, David. **The First Total War: Napoleon's Europe and the Birth of Warfare as We Know It**. Nova Iorque: Houghton Mifflin Company, 2007. P. 15-17.

³⁷ MOYN, Samuel. Op. cit. (2007). P. 30.

³⁸ HOFFMAN, Stefan-Ludwig. Op. cit. P. 8-10.

³⁹ MOYN, Samuel. Op. cit. (2014). P. 13-15.

A linguagem dos direitos proposta nas revoluções francesas e americanas era a princípio parte da autoridade do Estado e não era invocada para transcendê-la⁴⁰. As pessoas apenas teriam direitos enquanto membros de um certo Estado, posto que estes direitos não eram estendidos para além das fronteiras nacionais. Não havia, portanto, como esses direitos serem universais – sequer havia uma pretensão universalista –, se eram limitados a um certo número de pessoas em uma determinada jurisdição.

É o que Stefan-Ludwig Hoffman⁴¹ chama de o grande desaparecimento de direitos do homem no século XIX, que ele afirma poder ser explicado com o advento cada vez mais forte do constitucionalismo, especialmente nas constituições europeias, e o aumento da nacionalismo; contexto no qual a ideia de nacionalidade se sobrepõe à doutrina de Direitos Humanos. Nesse contexto, a ideia de cidadania substitui aquela dos Direitos Humanos, uma vez que se ganha esses direitos sendo nacional de um Estado, não apenas pelo fato de ser humano. A democratização das sociedades europeias no século XIX foi realizada com um discurso sobre direitos nacionais⁴², ao invés de direitos humanos.

Dessa forma, pergunta-se quando se pode dizer que foram criados os Direitos Humanos? Se então se arrasta essa justificativa para o que se entende como o segundo grande marco da criação dos Direitos, ou seja, o pós segunda guerra mundial, coloca-se portanto os EUA no papel de seu inventor, quando na verdade eles apenas usaram de uma pretensão universalista do pós-guerra para implementar uma agenda conciliatória e benéfica para as américas⁴³.

É claro que a criação das Nações Unidas e a consequente assinatura da DUDH/48 na década de 40 após a segunda guerra mundial foram de essencial importância para os Direitos Humanos. Mas há tanta razão em localizar a invenção dos Direitos Humanos no século XVIII quanto há de localizá-la no pós-guerra.

⁴⁰ *Ibid.* (2014). P. 7.

⁴¹ HOFFMAN, Stefan-Ludwig. Op. cit. P. 1-4.

⁴² *Ibid.*

⁴³ MOYN, Samuel. Op. cit. (2007). P. 30.

Isso, pois, ao fazê-lo, dá aos Direitos Humanos uma alcunha de desenvolvimento natural surgindo de um consenso geral entre as nações após a guerra⁴⁴, como se fosse um bem incontroverso que emergiu depois de uma guerra ter sido travada contra um mal incontestável.

Além disso, como já afirmado acima, identificar a década de 40 como surgimento dos Direitos Humanos, seria colocar os EUA em um papel de garantidor benevolente da universalização dos Direitos Humanos.

Isso não significa que todo o movimento da *deep history* está mal colocada na doutrina, mas tão somente que se o interesse dos historiadores em escrever sobre a história dos Direitos Humanos apenas surgiu recentemente, é necessário que se busque essa razão em um período próximo da contemporaneidade, sem, contudo, negar os pilares desse cenário provenientes de distintos momentos da história.

Nesse sentido, pode-se então argumentar que os Direitos Humanos podem assim ser entendidos quando deixam de lado a raiz histórica liberal-cristã do conceito e passam a ser levantados como bandeiras de movimentos sociais de esquerda na periferia europeia e na América Latina⁴⁵, de forma que a linguagem dos Direitos Humanos fosse de fato utilizada de maneira universal, sem se submeter a uma determinada ideologia ou aos interesses de um país.

Vale destacar que os Direitos Humanos podem ser assim compreendidos, conforme Samuel Moyn, apenas também quando tornam-se fundamentais para a criação de diversas Organizações não governamentais, e a partir da assinatura da Ata Final de Helsinque em 1975⁴⁶, na qual estão enumerados entre seus pontos principais o respeito pelos Direitos Humanos e as liberdades fundamentais, e a igualdade de direitos e direito à autodeterminação dos povos.

Isso, pois, esses documentos possuem de fato uma pretensão à universalidade que ultrapassa as barreiras das nações e das ideologias de direita e esquerda. E, mais que isso, possibilitam um fórum internacional não somente de discussão, mas também de pleito suscetível à pressão política da comunidade internacional, nos quais é possível abordar uma

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ MOYN, Samuel. Op. cit. (2014). P. 161-162.

⁴⁶ *Ibid.* P. 121-122.

demanda embasada tão simplesmente em legislações internacionais de Direitos Humanos. É, dessa forma, uma maneira alternativa de justiça que não se opõe ao Estado, mas que o atravessa.

A América Latina na década de 70, por exemplo, foi palco de uma das maiores ondas de democratização de todos os tempos. Em 1977, todos, exceto três dos 20 países da América Latina, eram ditaduras de um tipo ou de outro.

Em 1990, apenas o Estado civil de partido único do México e a Cuba comunista sobreviveram. Um país atrás do outro na América Latina estabeleceu raízes democráticas quando o poder mudou de mãos entre a direita e a esquerda através de eleições livres.

E esses movimentos de redemocratização foram em grande parte embasados em uma linguagem que ganhou nova roupagem quando foi capaz de ser utilizado por grupos tão diferentes sem que fosse possível lastrear essas reivindicações a uma determinada ideologia ou a um determinado grupo.

A história dos Direitos Humanos no Brasil pode ser então muito melhor entendida quando se analisa a sua história recente e local, mais do que através de uma análise teórica do discurso europeu do século XVIII.

2. DA DITADURA MILITAR

Conforme demonstrado as raízes recentes dos Direitos Humanos no capítulo anterior, passa-se agora para uma análise da ditadura militar no Brasil para tentar demonstrar como o caso brasileiro suporta a tese defendida por Samuel Moyn, ao reter a linguagem constitucional e política para manter o regime ditatorial e condicionando a oposição ao uso de uma nova linguagem.

2.1. Do golpe

João Goulart assumiu a presidência da República em 7 de setembro de 1961 em um ambiente político e institucional completamente instável, logo após a renúncia do então presidente Jânio Quadros.

A renúncia em si nunca chegou a ser esclarecida por Quadros, mas a hipótese mais provável tenta justificar essa decisão com base em sua “personalidade instável” e um “cálculo político equivocado”⁴⁷.

Era um fato que a União Democrática Nacional (UDN), partido de Quadros, não tinha uma base política de apoio⁴⁸ para encabeçar as reformas legislativa que o país precisava para controlar a inflação em rápida ascensão, tentar conter a elevada dívida externa e encabeçar uma nova política externa de neutralidade em meio, inclusive, da Revolução Cubana de 1959⁴⁹.

No entanto, ainda que sem o apoio necessário para governar de maneira eficaz, seu governo era visto como “uma via para impedir que o maior país da América Latina escorregasse pelo caminho da instabilidade e do comunismo”⁵⁰. Essa postura abrangia, inclusive, o vice-presidente João Goulart, que havia sido eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de centro-esquerda⁵¹ em um período no qual as eleições para presidente e vice-presidente se davam em votações distintas, sem unicidade de chapas.

⁴⁷ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. P. 376.

⁴⁸ *Ibid.* P. 373 – 376.

⁴⁹ Fato notório que é usado posteriormente pelo Comando Supremo da Revolução para justificar o que considerava como “avanço da ameaça comunista no país”.

⁵⁰ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 375.

⁵¹ Apesar do constante embate interno sobre as ideologias do partido, era inegável seu caráter populista e getulista, com uma pauta de reformas considerada à esquerda do espectro político, conforme se vê em BENEVIDES, Maria

Especula-se que Quadros tentou usar de sua renúncia como manobra para obter mais apoio no Congresso Nacional, manobra já utilizada por ele durante a campanha para conseguir mais poder decisório dentro da cúpula de seu partido. Afinal, quem iria deixá-lo entregar o país a João Goulart? No fundo, estava os primórdios de um pensamento posteriormente traduzido em estratégia de tentar evitar a “ascensão comunista” a todo custo.

Porém, esse apoio, com exceção dos apelos dos governadores de Minas Gerais e de São Paulo, não se consolidou⁵². Além disso, a renúncia ao cargo era apenas informada ao Congresso Nacional, sendo de pronto tomada conhecimento.

A renúncia de Quadros fez a ala conservadora do Estado, o que incluía os militares, a criar impedimentos para a posse de João Goulart⁵³ (que na ocasião estava simbolicamente em uma visita na China). Apesar de não haver dúvidas sobre quem constitucionalmente deveria ser o sucessor, João Goulart era uma representação sintomática do que poderia vir a ser um Brasil sob um regime comunista.

Em 1962, foi alcançado uma solução no qual seria imposto o sistema do parlamentarismo no Brasil até 1966, quando seria então feito um referendo para ratificar essa decisão. João Goulart conseguiu, porém, antecipar esse referendo para 1963, ocasião em que a escolha pelo presidencialismo saiu vitoriosa.

No entanto, essa vitória foi erroneamente entendida por João Goulart como uma aprovação de seu governo, ao invés de ter compreendido o resultado como a união de setores diferentes da sociedade (candidatos à presidência em 1965 e empresários que queriam um governo forte)⁵⁴ ao redor da ideia de um sistema político presidencialista.

A verdade era que seu governo não tinha apoio nem da direita nem da esquerda à época, já que, desde Jânio Quadros, havia sido feito uma tentativa falha de combinar medidas

Victoria. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo -1945/1964). **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 133-161, jun. 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 15 de outubro de 2019.

⁵² FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 376.

⁵³ *Ibid.* P. 376; FICO, Carlos. **Além do Golpe: controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004. P. 15 e 16.

⁵⁴ FICO, Carlos. Op. cit. P. 16.

simpáticas à esquerda com medidas simpáticas à direita, conseguindo efetivamente desagradar a todos⁵⁵.

Em 1963, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ação Popular (AP), que tinham influência significativa entre operários, camponeses e estudantes⁵⁶, junto com o PTB, sob a liderança nacionalista de Leonel Brizola⁵⁷, passaram a pressionar o então presidente João Goulart a instar por uma filiação definitiva à luta pelas reformas de base⁵⁸.

Essas reformas de base eram a então ameaça comunista em efeitos concretos como entendido pelos conservadores brasileiros (o que incluía os militares), ou nas palavras de Carlos Fico:

“Uma espécie de interpretação trabalhista da linha política discutida pelo PCB no final dos anos 1950 e que, no jargão comunista, visava a direcionar o desenvolvimento capitalista brasileiro no rumo de uma ‘revolução nacional e democrática’”⁵⁹

João Goulart, após sucessivas falhas de implementar as reformas de base solicitando mais poderes do Congresso Nacional, resolveu abraçar as reformas através do apelo de massas⁶⁰, razão que levou a realização dos comícios de março de 1964.

O primeiro desses comícios, o comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, teve participação de 150 mil pessoas para ouvir os discursos de João Goulart e Leonel Brizola na defesa pelas reformas de base, que foram oficialmente apresentadas ao Congresso Nacional em 15 de março de 1964 e incluíam reformas nas seguintes áreas⁶¹:

- Agrária: Promoção de medidas para a democratização da terra, através da desapropriação de áreas rurais inexploradas ou exploradas em desconformidade com a função social da propriedade com pagamento feito por títulos da dívida pública;

⁵⁵ *Ibid.* P. 17; FAUSTO, Boris. Op. Cit. P. 374.

⁵⁶ FICO, Carlos. Op. cit. P. 17.

⁵⁷ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 389.

⁵⁸ FICO, Carlos. Op. cit. P. 17.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ Análise feita a partir do inteiro teor do discurso conforme visto em BRASIL. Presidente (1961-1964: João Goulart). **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964**. Brasil, 1964. Disponível em < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-goulart-1963>>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

apesar de o art. 141, §16, Constituição (1946)⁶², prever que essa indenização fosse feita previamente e em dinheiro. E a criação do Estatuto do Trabalho rural, que estendia os direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais;

- Educacional: Combate ao analfabetismo utilizando as experiências do Método Paulo Freire na formulação do Plano Nacional de Alfabetização;
- Fiscal: Fomento à capacidade de arrecadação do Estado e limitação da remessa de lucro para o exterior;
- Eleitoral: Promoção do sufrágio universal e da legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujo registro havia sido cancelado em abril de 1947 pelo Tribunal Superior Eleitoral, com base na proibição de partidos contrários ao regime democrático, conforme art. 141, §13, Constituição (1946)⁶³;
- Urbana: Criação de planos de ordenação das cidades e fornecimentos de habitações condignas a todas as famílias;
- Bancária: Ampliar e facilitar o acesso ao crédito pelos produtores rurais.

É preciso notar que essas reformas tinham um viés claramente social-desenvolvimentista que era atribuída à esquerda como um todo. Dessa forma, quando o discurso pairava sobre as reformas de base, o que se defendia na verdade, na visão dos conservadores, era uma retórica de esquerda que tangenciava perigosamente o comunismo, que então deveria ser evitado a todo custo.

Além disso, essa opção pela realização dos comícios, no entanto, acabou se mostrando desastrosa para o governo de João Goulart, já que possibilitou a direita absorver os moderados à tese de que os perigos do comunismo eram iminentes⁶⁴ e ofereceu as bases para o que seriam o cerne da justificativa retórica da ditadura militar a seguir.

É interessante notar no discurso de Brizola⁶⁵ uma premonição do que seria utilizado pela ditadura militar nos dias seguintes para justificar sua dita “anti-revolução” contra o comunismo:

⁶² BRASIL. Constituição (1946). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 390.

⁶⁵ Jornal O Panfleto, 23 de março de 1964. *Apud* FICO, Carlos. Op. cit. P. 298-300.

“A tática é a mesma já adotada em outros tempos, mas nem por isso menos perigosa: todas as aspirações populares são identificadas com o comunismo; a título de combate anticomunista, realizam, isto sim, um combate às reformas e à própria democracia. [...] Usam a bandeira da democracia apenas como pretexto, usam a Constituição como um assaltante usa a máscara e querem fazer do sentimento cristão do nosso povo uma arma contra ele próprio, tentando transformá-lo em fanatismo.”

Crescia na ala militar a ideia de que cada vez mais se fazia necessária uma “intervenção defensiva contra os excessos governamentais”⁶⁶, o que se entendia como a intervenção estatal na sociedade aos moldes da esquerda comunista.

Dá-se especial atenção a Instrução Reservada do General Castelo Branco que fez circular em 20 de março de 1964, afirmando que:

“São evidente duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos [...]. Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e as aplicações da lei. [...] Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos antidemocráticos. **Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.** A ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura. [...] **Para submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.** [...] É preciso aí perseverar, sempre “dentro dos limites da lei”. **Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis,** inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a calamidade pública a ser promovida pela CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.”⁶⁷ (Grifo próprio).

Dessa forma, pode se perceber que dominava dentro dos círculos militares a ideia de que seria função das Forças Armadas defender a Constituição Brasileiro e por um fim à “ameaça comunista” personificada nas figuras de João Goulart, suas reformas de base e pela esquerda brasileira.

Essa posição de Castelo Branco pode ser entendida como uma manifestação concreta da ideologia alimentada pelos círculos associados da Escola Superior de Guerra (ESG), do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

⁶⁶ *Ibid.* P. 389.

⁶⁷ DINES, Alberto. **Os idos de março e a queda em abril.** Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964. *Apud* FICO, Carlos. Op. cit. P. 310

A ESG, criada em 1949, tem seu objetivo explicitado no art. 1º, Lei nº 785/49, qual seja, a de oferecer cursos para civis e militares visando “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”⁶⁸, sendo no mesmo ano ampliada para “incluir a elaboração de um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares que condicionam o conceito estratégico”⁶⁹.

O IPES era um fórum de discussão de extrema direita que reunia os mais diversos membros do empresariado brasileiro, como diretores de empresas multinacionais, associações de classe empresariais, militares, jornalistas, intelectuais e jovens tecnocratas, unidos por um “posicionamento anticomunista e o propósito de subsidiar um novo projeto de governo e de desenvolvimento para o país, aberto ao fluxo do capital internacional e com vocação autoritária”⁷⁰.

O IPES foi responsável por uma série de campanhas de desestabilização do governo João Goulart, desde a realização de estudos, debates, palestras e produções intelectuais sobre a política brasileira até o custeio de propagandas e manifestações antigovernistas e anticomunistas, incluindo as famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”⁷¹.

O IBAD, por sua vez, foi uma organização conservadora, com o objetivo de realizar um amplo processo de mobilização anticomunista no Brasil. Suas principais ações eram através de *lobby* no meio parlamentar, estudantil e junto à Igreja Católica, com o objetivo de “bloquear as ações do Executivo e fomentar seu isolamento”⁷².

Esse binômio IPES/IBAD pode ser entendido como um “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada [que] desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a

⁶⁸ BRASIL. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L785.htm>. Acessado em 22 de novembro de 2019.

⁶⁹ FAUSTO, Boris. Op. cit. P; 385

⁷⁰ STARLING, Heloísa. Golpe Militar de 1964. In: STARLING, Heloísa (Coord.). **Brasil Doc. Arquivo Digital do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória**. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. Disponível em < <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

⁷¹ *Ibid.*

⁷² *Ibid.*

conduziu ao poder”⁷³ através de massivas campanhas de desestabilização do governo em diversas frentes, já que as tentativas de se alterar o sistema político por meio de mudanças legislativas haviam falhado.

Havia uma consciência, porém, de que essas ações ideológicas, por mais amplas e diversas que fossem, não seriam capazes de impor um consenso na sociedade brasileira. O objetivo final, dessa forma, não era criar uma unidade ideológica, mas esvaziar o apoio ao governo e sua agenda política, principalmente com a absorção da classe média brasileira através da perseguição e criminalização do discurso opositor⁷⁴.

Além disso, havia uma consciência dos membros de que suas ações precisavam de um respaldo institucional forte do exército se tinham de fato pretensões de colocar seus interesses como base de um novo governo⁷⁵. Era, portanto, imprescindível que os militares não só apoiassem esses grupos, mas que participassem ativamente dessas formulações e perseguições.

Essa ideologia retroalimentada entre os membros do tripé ESG-IPES-IBAD, possibilitou o surgimento da ideia de que apenas um “movimento armado poria fim à anarquia populista, contendo o avanço comunista”⁷⁶.

É importante notar, contudo, que, mesmo antes de 1964, o exército já participava da vida política do país, inclusive estando no cerne de criação da república em 1889, por exemplo. No entanto, nunca houvera na ideologia militar um convencimento patente de que eles seriam capazes ou legitimados a governar⁷⁷. Os militares, portanto, eram chamados apenas para efetuar transições de governo, e não para constituir governo.

No entanto, em 1964 esse panorama havia mudado profundamente com o enraizamento da ideologia fomentada pelo tripé ESG-IPES-IBAD, criando na mentalidade institucional do exército não somente a percepção de que as instituições civis estavam falhando na manutenção da ordem constitucional e na luta contra o comunismo, mas também a convicção de que seus

⁷³ DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. P. 105.

⁷⁴ *Ibid.* P. 259.

⁷⁵ FICO, Carlos. Op. cit. P. 36.

⁷⁶ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 385.

⁷⁷ STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. P. 140.

membros eram tecnicamente capazes de solucionar os problemas político-brasileiros⁷⁸, ou seja, eram capazes de governar para acabar com a esquerda brasileira com pretensões comunistas.

Apesar desse apoio latente de parte da sociedade civil organizada, como já demonstrado, deve-se frisar que o golpe foi essencialmente militar⁷⁹, sendo os problemas políticos resolvidos dentro de uma lógica de militarização, com um progressivo abandono da cartilha liberal, evidente no intervencionismo econômico e estatização superveniente⁸⁰. Tratava-se, portanto, de um movimento de origens cívico-militares, mas que culminou na implementação de um regime militar por essência.

Em 31 de março de 1964, o General Olympio Mourão deflagrou a movimentação das tropas e marchou contra o Rio de Janeiro, em oposição aos principais deflagradores do golpe, que não tiveram outra escolha a não ser tomar as medidas para consolidá-lo⁸¹.

É interessante notar o seguinte trecho de seu manifesto, no qual fica claro sua pretensão de defesa constitucional face às ameaças comunistas de João Goulart:

“Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas, tanto mais audaciosos quando estimulados pelo Senhor Presidente da República, procuram infundir em todos os espíritos a certeza de que falam em nome de um Estado estrangeiro, a cujos interesses imperialistas estão servindo em criminoso atividade subversiva, para traírem a Pátria Brasileira, tão generosa e cavalheiresca. [...] Eis o motivo pelo qual conclamamos todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conosco, venham ajudar-nos a restaurar, no Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa-fé no seu cumprimento.”⁸²
(Grifo próprio).

Nesse ínterim, João Goulart fugiu para o Rio Grande do Sul, ficando à frente de tropas legalistas. Apesar de se avaliar que as tropas de Mourão poderiam ter sido facilmente dispersas, o aparato militar de Goulart nunca foi acionado pelo receio de se iniciar uma guerra civil⁸³.

⁷⁸ *Ibid.* P. 124-137.

⁷⁹ SOARES, Gláucio. O Golpe de 64. In: D'ARAUJO, Maria; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. P. 27.

⁸⁰ FICO, Carlos. Op. cit. P. 38.

⁸¹ *Ibid.* P. 18.; FAUTOS, Boris. Op. cit. P. 391-393.

⁸² Manifesto do General Olympio Mourão, deflagrador do golpe militar, em 31 de março de 1964, conforme se vê em MOURÃO, Laurita. **Mourão: o general do pijama vermelho**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. *Apud* FICO, Carlos. Op. cit. P. 326-237.

⁸³ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987. P. 66.

Darcy Ribeiro chegou a enviar a uma carta ao presidente do Senado, Auro de Moura Andrade dizendo que o presidente não havia abandonado o cargo, mas que não foi o suficiente para impedir este de declarar o gabinete e vago e empossar o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli como presidente do Brasil em 2 de abril de 1964⁸⁴.

No entanto, Ranieri Mazzilli não conseguiu assumir a presidência, uma vez que, no dia seguinte, em 3 de abril de 1964, foi declarada a revolução vitoriosa pelo então autodenominado comandante do Exército Nacional e chefe do Comando Supremo da Revolução, General Artur Costa e Silva.

A própria portaria nº 1 do Comando Supremo da Revolução de 14 de abril de 1964 trouxe o mesmo tom de defesa constitucional e perseguição dos subversivos comunistas pelas Forças Armadas que a circular de Castelo Branco, como se vê nas considerações iniciais:

“Considerando que a destinação das Forças Armadas, nos termos da Constituição, é defender a Pátria e garantir os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem; Considerando as atividades subversivas desenvolvidas por indivíduos, grupos e organizações no país; [...]. **Considerando, enfim, a existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista**, resolve: [...]”⁸⁵
(Grifo próprio).

Da mesma forma, o Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964⁸⁶, manteve, em seu art. 1º, a vigência da Constituição de 1946, apesar das modificações constitucionais previstas no referido ato, se justificando como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções”⁸⁷.

Isso foi uma das primeiras amostras do que seria a ditadura militar nas quase duas décadas seguintes, nas quais, embora todos os princípios básicos da democracia liberal fossem violados, “o regime quase nunca [assumiria] expressamente sua feição autoritária”⁸⁸, escondendo-se sempre por de trás de uma retórica de proteção à ordem constitucional para que fosse possível

⁸⁴ Declaração feita pelo presidente do Congresso Nacional da vacância do cargo do presidente da República e posse do Presidente da Câmara. In: ANDRADE, Auro Moura. **Um congresso contra o arbítrio: diários e memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁸⁵ FICO, Carlos. Op. cit. P. 338.

⁸⁶ *Ibid.* P. 339-342.

⁸⁷ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 397.

⁸⁸ *Ibid.* P. 376.

⁸⁸ *Ibid.* P. 397.

criminalizar a oposição que, supostamente, a opunha; mesmo que isso incluísse mudar a própria constituição vigente.

Até mesmo as normas limitadoras de direitos fundamentais sempre foram consideradas como meramente temporárias⁸⁹ até que se estabelecesse a ordem no país e vencesse a ameaça comunista.

Desse modo, através dessa breve análise feita sobre a gestação e execução do golpe de 1964, é possível ver com clareza que a mensagem política que justificou as ações do Comando Supremo da Revolução foram a doutrina da Segurança Nacional, gestado como já visto no interior da ESG-IBAD-IPES, a manutenção da ordem constitucional do país e, principalmente, a perseguição da esquerda comunista.

Por mais que ambas essas justificativas tenham tido seus conteúdos ajustados ao longo do regime, conforme se verá nas demais seções desta obra (sendo o maior exemplo o próprio advento da Constituição de 1967), não seria possível abandoná-las, tampouco a linguagem utilizada para justificá-las, se o regime tinha qualquer pretensão de se manter no comando do governo sem expressamente aceitar sua natureza totalitária.

Dessa forma, conforme se verá abaixo, a retórica do regime mais que frequentemente se assentou em uma lógica de manutenção da ordem constitucional, absorvendo a linguagem jurídica para justificar e explicar suas ações enquanto governo, de modo que propagasse a repressão e fomentasse a permanência do regime. Dessa forma, qualquer oposição à ditadura militar seria entendida como uma oposição à ordem constitucional.

Em contrapartida, se por um lado (do governo) havia uma linguagem constitucional que defendia a ordem do país, por outro lado (da oposição) havia uma linguagem considerada subversiva que era, portanto, criminalizada e combatida.

Foi na prática o que James Holston⁹⁰ chama de *misrule of law*, “um sistema de estratégias e complicações burocráticas usado pelo Estado e por indivíduos para ofuscar

⁸⁹ *Ibid.* P. 397.

⁹⁰ HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. P. 44.

problemas, neutralizar oponentes, garantir a impunidade e, acima de tudo, legalizar o ilegal”. É, portanto uma estratégia segundo a qual a elite governista formula e aplica as leis para manter o discurso político a seu favor através do sistema legislativo e judiciário.

O fantasma da “ameaça comunista” sempre foi uma presença constante na política brasileira durante a ditadura militar para que se pudesse manter a lógica do inimigo a ser combatido.

Como a gestão do golpe utilizou como desfecho João Goulart e suas reformas de base, essa mesma agenda por ele defendida passou a ser entendida como a manifestação concreta de como seria feita a introdução do comunismo do Brasil.

Portanto, a lógica política gerida nesse ano de 1964 era que, se se queria impedir o advento do comunismo no Brasil, toda forma de manifestação que aludisse nem que tangencialmente essas reformas de base de João Goulart e, portanto, se baseasse numa filosofia social-desenvolvimentista, deveria ser combatida e evitada a todo custo.

Perpetuou-se, dessa forma, uma verdadeira criminalização da linguagem política atribuída à esquerda e uma impossibilidade de qualquer oposição que não fosse feita utilizando uma linguagem constitucional com base em uma agenda de direita.

É dessa maneira, conforme se verá no próximo capítulo, que surgiu a necessidade de uma linguagem alternativa na qual a oposição poderia se firmar. Daí surge o papel fundamental da retórica de defesa dos Direitos Humanos.

2.2. Dos governos militares

Conforme afirmado anteriormente, os governos militares da ditadura militar nunca assumiram expressamente suas feições autoritárias, escondendo-se sempre por trás de uma retórica de proteção à ordem constitucional e defesa de valores democrático, como forma de criminalizar qualquer forma de oposição. Abaixo seguem algumas considerações de como essa lógica se perpetuou ao longo da ditadura militar.

2.2.1. Governo Humberto de Alencar Castello Branco (15 de abril de 1964 – 15 de março de 1967)

Durante o governo Castelo Branco (1964-1966), por exemplo, havia no gabinete governista a intenção de se implementar uma “democracia restringida” com mudanças profundas no sistema econômico, em uma tentativa de se livrar do comunismo tanto na área econômica quanto na área social⁹¹.

Um dos primeiros exemplos de como essa lógica autoritária conseguia se travestir de defesa aos ideais democráticos pode ser vista na Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, que regulamentava o direito de greve da Constituição de 1946, um direito humano de primeira dimensão.

Essa lei na prática inviabilizava o direito de greve, impondo exigências burocráticas excessivas que impossibilitavam a realização de paralisações dentro da lei⁹². Dessa forma, impedia-se concretamente a efetivação do direito à liberdade de reunião, consagrado no art. 20.1, DUDH/48⁹³.

Outro exemplo pode ser visto na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra com o objetivo de executar uma política de reforma agrária, um direito humano de segunda dimensão, mas que nunca saiu de fato do papel. Sua aplicabilidade foi extremamente limitada e sem muitos efeitos concretos, tendo sido usada apenas como ferramenta retórica para evitar os protestos camponeses ainda desejosos das reformas de base de João Goulart⁹⁴.

Nesse ano de 1964, o governo Castelo Branco timidamente apropriou-se da defesa de uma agenda de defesa ao estado democrático e manutenção da segurança nacional como forma de legitimação dos interesses de perpetuação do regime.

⁹¹ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 401.

⁹² *Ibid.* P. 402.

⁹³ Artigo XX - 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.

⁹⁴ BORGES, Tomás; MEDEIROS, Leonilde. **Estatuto da Terra**. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-terra-1>>. Acessado em 30 de outubro de 2019.

Nos anos seguintes, a estratégia da *misrule of law* toma contornos mais expressos e mais ousados, forçando ainda mais a retórica de proteção aos ideais democráticos e à Constituição, através dos Ato Institucionais nº 2 e nº 3.

O Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965 traz uma série de limitações de direitos políticos sob o pretexto de “erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão”⁹⁵.

Entre essas limitações destacam-se a extinção do sufrágio e adoção do voto indireto para os cargos do executivo federal (em violação aos dispositivos do art. 21, DUDH/48⁹⁶), a possibilidade de suspensão dos direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e a extinção do multipartidarismo (em violação do art. 20.1, DUDH/48), conforme se vê:

“Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente, da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.”

“Art. 15 - No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.”

“Art. 18 - Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.”

O multipartidarismo, em especial, foi extinto sob o pretexto de que a quantidade excessiva de partidos era uma das causas das crises políticas e institucionais que ameaçavam a democracia liberal⁹⁷. Passou-se então a ter apenas dois partidos no país, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), conservador de extrema-direita, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), onde residia toda a oposição governista de direita a esquerda.

⁹⁵ BRASIL. Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

⁹⁶ Artigo XXI - 1. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. 3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

⁹⁷ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 405.

Além disso, adotou a tese da irresponsabilidade jurídica do Comando Supremo da Revolução, de modo que nem as próprias leis colocadas pela ditadura pudessem vincular ou responsabilizar os dirigentes da máquina repressiva, conforme se vê:

“Art. 19 - Ficam excluídos da apreciação judicial:

I - os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo federal, com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no presente Ato Institucional e nos atos complementares deste; [...]”

Na mesma linha segue o Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966⁹⁸, que regulamenta as eleições indiretas, devendo elas serem realizadas pelo Congresso Nacional em sessão pública por votação nominal, de forma que pudesse ser feito um controle político repressivo de quem votasse contra as pautas governistas. Outra clara violação do direito à liberdade de voto (Art. 21.3, DUDH/48).

Por fim, o governo Castelo Branco levou a utilização desse discurso ao extremo, quando em janeiro de 1967 fez aprovar toda uma nova Constituição, passando a vigorar a partir de 15 de março do mesmo ano.

A expressão “fez aprovar” deve ser entendida em sua literalidade, uma vez que o Congresso havia sido dissolvido em outubro de 1967 e reconvocado pelo Ato Institucional nº 4⁹⁹ com a finalidade clara e inequívoca de aprovar a nova constituição, sem possibilidade de discordância, conforme se vê em:

“Art. 1º - É convocado o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967.

§ 1º - O objeto da convocação extraordinária é a discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.”

Conforme já visto anteriormente na Instrução Reservada de Castelo Branco de 20 de março de 1964 e do Manifesto do General Olympio Mourão, deflagrador do golpe militar, de 31 de março de 1964, o objetivo da “revolução vitoriosa” era inequivocamente a defesa da constituição e a perseguição da ameaça comunista.

⁹⁸ BRASIL. **Ato institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1967**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

⁹⁹ BRASIL. **Ato institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

Essa retórica alcançou seu ponto de latência máxima quando da aprovação da Constituição de 1967, uma vez que nas considerações do Ato Institucional nº 4 há o objetivo explícito de “que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária”.

Dessa forma, a continuação da obra revolucionária, ou seja, a defesa da Constituição e das liberdades civis com o conseqüente extermínio da ameaça comunista, passou a abranger, inclusive, a necessidade de se formar uma nova constituição.

É a máxima evidência de que o discurso utilizado pela ditadura era meramente retórico para mascarar uma lógica de perpetuação do regime no qual a linguagem legal precisava ser incorporada em sua totalidade para que o que restasse, a oposição, pudesse ser inequivocamente enquadrada como ilegal dentro da ordem jurídica nacional.

2.2.2. Governo Arthur da Costa e Silva (15 de março de 1967 – 31 de agosto de 1969) e Junta Governista Provisória (31 de agosto de 1969 – 30 de outubro de 1969)

Foi nesse período que a oposição, após a primeira onda repressiva do aparato governista, começou a se organizar e realizar atos de manifestação contra o governo¹⁰⁰, principalmente os estudantes, a Igreja católica e os trabalhadores operários, em nome da defesa dos Direitos Humanos.

A maior dessas manifestações foi a passeata dos cem mil de 25 de junho de 1968, que teve a participação de intelectuais, operários, profissionais liberais e religiosos, além da adesão maciça de populares¹⁰¹.

Essa foi a primeira amostra do que seria o ponto de convergência dos atores ao longo do espectro político ao redor de uma linguagem antiditatorial e de proteção aos Direitos

¹⁰⁰ BORIS, Fausto. Op. cit. P. 407.

¹⁰¹ LAMARÃO, Sérgio. **Passeata dos Cem Mil**. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/passeata-dos-cem-mil>>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

Humanos¹⁰², na qual membros historicamente opostos como os liberais cristãos e os movimentos estudantis de esquerda levantaram a mesma bandeira de defesa às liberdades políticas e civis.

Houve uma tentativa de se fazer valer os Direitos Humanos consagrados na DUDH/48 que haviam sido então violados pela ditadura militar por setores dos mais diversos da sociedade brasileira, conforme se vê, por exemplo, na retórica de unicidade empregada por Vladimir Palmeira, um dos líderes do movimento estudantil, sendo presidente da União Metropolitana dos Estudantes, e um dos organizadores da passeata dos cem mil, em dos seus discursos durante a manifestação:

“Este lugar tem um significado muito grande para nós. Foi na Candelária que foi rezada a missa do estudante morto no Calabouço [Edson Luís de Lima Souto]. Foi aqui que nós fomos massacrados pela cavalaria da polícia militar. Hoje é diferente. Prova de que potencialidade de luta popular é maior do que as forças da repressão. Hoje damos uma demonstração de força e de fraqueza ao mesmo tempo. Temos força para retomar a praça, mas ainda não podemos tomar o poder que eles usurparam.”¹⁰³

No entanto, nesse mesmo período, ocorreu a movimentação mais intensa dos grupos de esquerda que acreditavam que apenas a luta armada seria uma resposta adequado ao regime ditatorial¹⁰⁴. Apesar da discordância dessa tática pela maior parte da oposição, a luta armada foi utilizada pelo aparelho repressivo como forma de reiterar a necessidade de criminalizar o discurso oposicionista de esquerda e atrair os moderados cada vez mais para a direita do espectro político.

Como visto anteriormente, um dos maiores teste no tocante até quão longe poderia uma mesma retórica alterar seu próprio conteúdo sem acompanhar uma mudança de linguagem foi a promulgação da Constituição de 1967 durante o Governo Castelo Branco. Porém, foi apenas no dia 13 de dezembro de 1968 que o regime ditatorial de fato chegou aos limites do que que seria o uso do *misrule of law* para criminalizar a oposição e qualquer tipo de linguagem não governista, independentemente de sua posição no espectro político. Era o aparelho repressivo atingindo sua maior estatura com as maiores violações de Direitos Humanos.

¹⁰² D'ARAUJO, Maria. **O AI-5**. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

¹⁰³ DISCURSO de Vladimir Palmeira, de 25 de junho de 1968. Disponível em < http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_4.html>. Acessado em 20 de novembro de 2019.

¹⁰⁴ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 408-409.

Pode parecer então que o Ato Institucional nº 5¹⁰⁵ fora uma resposta à luta armada de esquerda que estava cada vez mais mobilizada. No entanto, o real gatilho desse mecanismo de repressão foi o discurso do então deputado federal Márcio Moreira Alves no Congresso Nacional, no qual ele incitava a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro e sugeria às mulheres que se recusassem a namorar oficiais que apoiassem o governo¹⁰⁶, em conjunto com uma série de artigos no Correio da Manhã de Hermano Alves, também deputado federal, considerados como provocações¹⁰⁷.

Os textos, disseminado pelas forças armadas, indignaram a ala militar linha dura do governo, que então requereram perante o Supremo Tribunal Federal (STF) um processo criminal contra os deputados por ofensas à honra e à dignidade das Forças Armadas¹⁰⁸. No entanto, Moreira Alves e Hermano Alves estavam protegida pela imunidade parlamentar, ironicamente conferida pela Constituição de 1967.

Era necessário licença do Congresso Nacional para que o feito prosseguisse no STF, que surpreendeu a linha dura do governo ao recusar a suspensão das imunidades parlamentares por 216 votos contra 141¹⁰⁹. No dia seguinte foi decretado o AI-5, fechando o Congresso e estabelecendo a censura.

É possível perceber então que um dos maiores mecanismos de repressão de Direitos Humanos já criados por algum governo brasileiro foi em sua natureza instigado por uma tentativa de mudança de discurso. No fundo, Moreira Alves e Hermano Alves apenas foram culpados por disseminar a ideia de que talvez os militares não estivessem do lado certo da história. Em resposta foram tolhidos de seu direito à expressão, protegido pelo art. 19, DUDH/48¹¹⁰.

¹⁰⁵ BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acessado em 7 de novembro de 2019.

¹⁰⁶ ALMEIDA, Maria. **Veja sob Censura**. Jaboticaba: São Paulo, 2008. P. 86.

¹⁰⁷ *Ibid.*

¹⁰⁸ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. [S.l.]: Paz e Terra. P. 165.

¹⁰⁹ *Ibid.*

¹¹⁰ Artigo XIX - Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Entre as medidas previstas no AI-5 estavam a possibilidade de se fechar provisoriamente o Congresso Nacional (Art. 2º), intervir livremente nos entes federados (art. 3º), suspender direitos políticos e cassar mandatos de parlamentares (Art. 4º e 5º) e estabelecimento na prática da censura e da tortura como práticas do Estado, uma vez que o novo ato institucional “[excluiu] de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com [o referido documento] e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos” (Art. 11).

Nos meses posteriores, o regime decretou uma série de atos visando a aumentar o controle militar sobre o governo e os cidadãos. O Congresso foi expurgado, primeiro de 37 deputados da ARENA, depois de outros 51 parlamentares do MDB.

Costa Silva veio a falecer em agosto do ano seguinte e, violando o art. 79 da Constituição de 1967, seu vice Pedro Aleixo não foi empossado, uma vez que tinha o preocupante defeito de ter se oposto ao AI-5. Através, então, do Ato Institucional nº 12, foi composto uma Junta Militar para governar até as próximas eleições. Em mais um exemplo de como a continuidade das obras revolucionárias, qual seja, a manutenção da ordem constitucional e perseguição da ameaça comunista, poderia exigir, além da sistemática violação de Direitos Humanos, inclusive, a própria mudança da ordem constitucional.

Foi durante esse período também que foi restabelecido a pena de banimento do território nacional para todo “brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional” (Art. 1º, AI-13)¹¹¹ e a pena de morte “nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva” (Art. 1º, AI-14)¹¹², em uma violação clara aos dispositivos dos art. 3, 9 e 13, todos DUDH/48¹¹³.

Como pode ser percebido, foi nesse período que o regime alcançou os limites de sua retórica governista e de criminalização da oposição, incluindo sua perseguição a ponto de bani-los ou matá-los. Esse uso da linguagem chegou a tal ponto que Direitos Humanos clássicos de

¹¹¹ BRASIL. **Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-13-69.htm>. Acessado em 7 de novembro de 2019.

¹¹² BRASIL. **Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-14-69.htm>. Acessado em 7 de novembro de 2019.

¹¹³ Artigo III - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IX - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo XIII - 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar

primeira dimensão pareciam um pequeno preço a se pagar pela manutenção do regime e de sua “obra revolucionária” contra os comunistas.

2.2.3. Governo Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 – 15 de março de 1974)

Nesse período, sentiram-se todos os efeitos dos Atos Institucionais aprovados durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva. A repressão havia alcançado um grande grau de eficácia, que culminou no declínio da luta armada, tanto pela repressão estatal quanto pelo cada vez maior isolamento desta com os outros grupos políticos, que se opunham gravemente ao uso de armas contra o regime.

Além disso, o governo Médici ficou notavelmente conhecido pelo uso da propaganda política para neutralizar a absorção dos moderados pela oposição, focando grandiosamente no então chamado de “milagre econômico brasileiro” de Delfim Netto, que combinou um crescimento econômico expressivo com uma diminuição progressiva da taxa de inflação, e nas vitórias da Seleção Brasileira de Futebol, principalmente em decorrência da Copa do Mundo de 1970 no México.

Essa posição é a que ficou registrada no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, conforme se vê em:

“Com Médici, o regime ditatorial-militar brasileiro atingiu sua forma plena. Criara-se uma arquitetura legal que permitia o controle dos rudimentos de atividade política tolerada. Aperfeiçoara-se um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil: sindicatos, organizações profissionais, igrejas, partidos. Erigiu-se também uma burocracia de censura que intimidava ou proibia manifestações de opiniões e de expressões culturais identificadas como hostis ao sistema. Sobretudo, em suas práticas repressivas, fazia uso de maneira sistemática e sem limites dos meios mais violentos, como a tortura e o assassinato.”¹¹⁴

Nota-se que foi durante o governo Médici que foi escrita a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969 (CADH/69)¹¹⁵. Ainda que o Brasil só tenha

¹¹⁴ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. 2014. Disponível em < http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acessado em 7 de novembro de 2019. P.102

¹¹⁵ CONVENÇÃO Americana sobre Direitos Humanos. 22 de novembro de 1969. Disponível em < https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acessado em 22 de novembro de 2019.

vindo a assinar e ratificar o referido documento em 1992, é importante salientar que os Direitos Humanos nele reconhecidos podem e devem ser lastreados para o caso brasileiro em análise.

Foi um período nos quais Direitos Humanos de primeira (direito à vida, liberdade de expressão e vedação à tortura etc.), segunda (direito à saúde, educação, moradia digna etc.) e terceira (direito ao meio ambiente saudável) dimensões foram flagrante e sistematicamente violados em prol da manutenção do regime ditatorial. Nas palavras de Boris Fausto:

“O Brasil iria se notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo. O ‘capitalismo selvagem’ caracterizou aqueles anos e os seguintes, com seus imensos projetos que não consideram nem a natureza nem as populações locais”¹¹⁶

2.2.4. *Governo Ernesto Beckmann Geisel (15 de março de 1974 – 15 de março de 1979)*

É interessante notar, antes de adentrar nas especificidades do governo Geisel, a significância que tiveram as eleições de 1974, contando como candidato de oposição à presidência Ulysses Guimarães do MDB, que passaria a ser conhecido na década seguinte como “Senhor Diretas”.

Ulysses Guimarães se definiu na verdade como um “anticandidato”. Uma vez que reconhecia ser impossível ganhar as eleições presidenciais, percorreu o país denunciando as eleições indiretas e as violações de Direitos Humanos do regime ditatorial¹¹⁷, principalmente levando em consideração o direito de “fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (Art. 21, DUDH/48). Seria o embrião do movimento das “Diretas-Já”.

Apesar de Ulysses Guimarães ter perdido as eleições presidenciais, como era de se esperar, o MDB garantiu uma vitória sem precedência nas eleições municipais, tendo conquistado 79 das 90 prefeituras de cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes à época. Além disso, conseguiu 16 das 22 cadeiras disponíveis no Senado Federal e 204 das 364 na Câmara dos Deputados.

¹¹⁶ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 415.

¹¹⁷ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

Foi nesse período também que, apesar de os movimentos armados de esquerda tivessem sido extirpados, o governo militar manteve e intensificou a retórica de necessidade do combate contra a subversão comunista, através da prática de tortura e desaparecimento de pessoas. Isso, pois, o regime ia cada vez pior na área econômica, e precisava manter sua apelação ao público em geral pelo menos com a perseguição dos subversivos.

Destacam-se os casos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, ambos convocados a interrogatório no DOI-Codi e apresentados como mortos por suicídio por enforcamento, em uma forma grosseira de encobrir a tortura seguida de morte a eles submetidos.

A oposição, principalmente o MDB e a Igreja Católica, conseguiu então se articular ao redor dessa violação generalizada de Direitos Humanos, em especial a vedação à tortura (Art. 5, DUDH/48¹¹⁸) e focalizar a população contra o governo militar. Fato que ficou comprovado com as missas celebradas por dom Evaristo Arns na praça da Sé, movido pela violação dos dispositivos da DUDH/48 e exigindo o fim do centro DOI-Codi¹¹⁹.

Era a segunda vez que os efeitos concretos de uma linguagem unificada na retórica de defesa dos Direitos Humanos mostravam seus possíveis contornos, atraindo os moderados para a oposição ao mesmo tempo que não adentrava num terreno tipicamente de esquerda para não ser também criminalizado.

Havia uma unificação da oposição dentro do MDB. Nas palavras de Boris Fausto, “[o] partido se tornara o canal político de expressão de todos os descontentamentos da população, integrando em seus quadros desde liberais até socialistas”¹²⁰.

O regime militar, porém, respondeu em 1976 com a chamada Lei Falcão, que barrou o acesso dos candidatos ao rádio e televisão e efetivamente impediu que os candidatos de oposição pudessem apresentar suas ideias à população¹²¹. Ainda assim, o MDB conseguiu nas eleições de 1976 conquistar a maioria nas câmaras municipais de 59 das 100 maiores cidades

¹¹⁸ Artigo V - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

¹¹⁹ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 420 – 425.

¹²⁰ *Ibid.*

¹²¹ *Ibid.*

do país¹²², em mais uma prova do que poderia ser um movimento social unido através de uma única linguagem ultra partidária de defesa aos Direitos Humanos.

Esse movimento da oposição fez com que o governo Geisel em 1977 decretasse o que passaria a ser chamado de “pacote de abril”, que foram uma série de decretos-lei e emendas à constituição promulgadas após o fechamento do Congresso Nacional, uma vez que a vitória da oposição nas eleições anteriores impedia a maioria necessária de dois terços para aprovar mudanças no texto constitucional, conforme ditava a Constituição de 1967¹²³. Essa foi mais uma tentativa de manutenção do regime e continuação das “obras revolucionárias” através, inclusive, da mudança do texto constitucional.

No entanto, a indignação cada vez mais crescente da população conseguiu alguns avanços durante o governo Geisel através das manifestações em prol dos Direitos Humanos, quais sejam, o fim da prática institucional de tortura nas dependências do DOI-Codi em 1976 e a suspensão do AI-5 em 1978. Era o início da abertura política.

2.2.5. Governo João Baptista de Oliveira Figueiredo (15 de março de 1979 – 15 de março de 1985)

“O período Figueiredo combinou dois traços que muita gente considerava de convivência impossível: a ampliação da abertura e o aprofundamento da crise econômica”¹²⁴. Foi nessas configurações totalmente instáveis que se concretizou as bases do processo de redemocratização brasileira. Ao contrário do que comumente se argumenta, o fim do regime não era certo e não foi inevitável.

Um dos primeiros passos tomados no governo Figueiredo para a concretização da abertura foi a promulgação da Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979, umas das principais bandeiras da oposição. Foi uma tentativa de, ao mesmo tempo que se desmobilizava a oposição combativa, resguardar os militares que poderiam ser julgados pela prática de tortura. Em todo caso, a lei foi um importante marco para a retomar liberdades civis e políticas e trazer de voltar importantes exilados políticos.

¹²² *Ibid.*

¹²³ *Ibid.*

¹²⁴ *Ibid.* P. 427.

Outro marco da redemocratização que assumiu os mesmos moldes de oferecer liberdades, mas na tentativa de desmobilizar a oposição foi a edição da Lei Orgânica dos Partidos em 20 de dezembro de 1979¹²⁵. Esse reestabelecimento do multipartidarismo no Brasil, em respeito às disposições da DUDH/48, foi uma estratégia de desunificar a oposição por trás do MDB, que havia obtido vitórias expressivas nas eleições anteriores.

A nova lei orgânica determinou a extinção do ARENA, que deu lugar para o Partido Democrático Social (PDS), e o MDB, que se converteu em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tendo à sua frente Ulysses Guimarães.

A partir do sindicalismo de base, alguns setores da Igreja e de diversos movimentos estudantis surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), com um programa partidário de cunho socialista dirigido por Luis Inácio Lula da Silva. Leonardo Brizola também saiu do MDB e fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), numa tentativa de alcançar prestígio próprio e criar um programa de cunho desenvolvimentista nacional aos moldes do getulismo. E, por fim, Tancredo Neves fundou o Partido Popular (PP), tendo como base uma classe média que gostaria de uma transição democrática sem muitas mudanças (este último acabou se fundindo com o PDMB algum tempo depois).

Além disso, em 1982, o governo Figueiredo conseguiu aprovar uma importante medida para tolher as chances de vitória da oposição, qual seja, a obrigatoriedade do voto vinculado, que obrigava o eleitor a escolher apenas candidatos da mesma sigla para todos os níveis de representação¹²⁶. Dessa forma, pretendia-se favorecer o PDS que era mais popular em níveis locais, além de ter candidatos mais conhecidos, ainda por causa dos efeitos da Lei Falcão.

A estratégia deu certo e nas eleições daquele ano o PDS ganhou 46 das 69 cadeiras disponíveis no Senado Federal e 235 das 480 cadeiras na Câmara dos Deputados. No caso dos governos estaduais, apesar de a oposição ter garantido estados importantes como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, o PDS teve uma vitória clara¹²⁷.

“[Os] tempos de uma oposição unida tinham passado. As suas diferentes tendências ficaram juntas enquanto existia um inimigo comum todo-poderoso. À medida que o

¹²⁵ *Ibid.* P. 426 – 430.

¹²⁶ *Ibid.*

¹²⁷ *Ibid.*

regime autoritário foi se abrindo, as diferenças ideológicas e pessoas começaram a emergir.”¹²⁸

Como pode se ver, o governo Figueiredo pode ser resumido na tentativa de impedir a mobilização da oposição, feita através de uma nova linguagem unificadora dos Direitos Humanos que já tinha demonstrado seus possíveis efeitos e combate à repressão ditatorial, criando uma cisão fundamental entre os principais líderes oposicionistas do país. Essa estratégia teria funcionado, não fosse o movimento das “Diretas-Já” no ano seguinte.

¹²⁸ *Ibid.* P. 431.

3. DO MOVIMENTO DAS “DIRETAS JÁ”

Como visto anteriormente, várias estratégias governistas foram criadas e implementadas pela ditadura militar para pulverizar e fragmentar a oposição que se encontrava unida atrás de um único partido, o MDB, e atrás de um único objetivo final, redemocratizar o Brasil, utilizando uma linguagem de defesa dos Direitos Humanos e combate à repressão ditatorial do regime militar.

Essa estratégia de fato alcançou êxito com a nova Lei Orgânica dos Partidos, que então fragmentou as principais lideranças do movimento oposicionista do MDB em diversos novos partidos. Na virada da década de 80, não parecia que a oposição seria capaz de opor-se eficazmente à ditadura e de ter uma voz no processo de abertura política, uma vez que as diferenças ideológicas começaram a se manifestar¹²⁹.

No entanto, a partir de 1983, o PT passou a promover como uma de suas maiores prioridades partidárias o restabelecimento das eleições diretas para a presidência¹³⁰, em respeito às disposições do art. 21, DUDH/48 e Art. 23, CADH/69¹³¹, mesmo que para isso fosse necessário se opor às demais lideranças partidárias oposicionistas. Porém, apesar do que poderia se esperar de um movimento liderado por um partido essencialmente socialista, foi rapidamente seguido pelo PMDB, PDT e PTB.

Foi assim que, em 2 de março de 1983, os partidos de oposição concordaram no texto final de uma proposta de emenda à Constituição, que foi então apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira do PMDB ao Congresso Nacional.

¹²⁹ FAUSTO, Boris. P. 431.

¹³⁰ *Ibid.* P. 433.

¹³¹ Artigo 23. Direitos políticos. 1. Todos os cidadãos devem gozar dos seguintes direitos e oportunidades: a. de participar na direção dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos; b. de votar e ser eleitos em eleições periódicas autênticas, realizadas por sufrágio universal e igual e por voto secreto que garanta a livre expressão da vontade dos eleitores; e c. de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país. 2. A lei pode regular o exercício dos direitos e oportunidades a que se refere o inciso anterior, exclusivamente por motivos de idade, nacionalidade, residência, idioma, instrução, capacidade civil ou mental, ou condenação, por juiz competente, em processo penal.

A proposta restava bastante simples, qual seja, o fim do Colégio Eleitoral e o retorno das eleições presidenciais diretas já para as eleições a partir de 1985¹³². A proposta passaria a ser conhecida dali em diante como Emenda Dante de Oliveira.

É importante ressaltar que, além dos partidos fragmentados de oposição, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) também formaram uma frente única de oposição contra as eleições indiretas, apesar de representarem diferentes tendências do movimento sindical brasileiro¹³³.

A princípio, o movimento das “Diretas Já” tinha apenas uma exigência, simples e singular, qual fosse, reestabelecer o voto direto nas eleições presidenciais a partir de 1985. No entanto, o movimento das “Diretas-Já” rapidamente se transformou em uma movimentação suprapartidária¹³⁴ que passou a comportar demandas das mais variadas possíveis de setores mais variados possíveis. Nesse sentido, declara Boris Fausto sobre a característica única do movimento das “Diretas-Já”:

“A campanha das ‘diretas já’ expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salários baixos, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar.”¹³⁵

Para entender como essa absorção de diferentes possíveis, primeiro deve-se entender por que a primeira exigência do movimento, o voto direto, foi tão amplamente recebido pela população em geral. E essa razão está intrinsecamente ligado à defesa de um Direito Humano de primeira dimensão, qual seja, o direito a participar de maneira efetiva da vida política de seu país.

¹³² MOREIRA, Maria. **Diretas Já**. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>>. Acessado em 10 de novembro de 2019.

¹³³ KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil – Diário da Campanha das Diretas**. Brasiliense: São Paulo, 1984. P. 13.

¹³⁴ *Ibid.* P. 15.

¹³⁵ FAUSTO, Boris. Op. cit. P. 433.

A participação efetiva na direção dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos, é um Direito Humano de primeira dimensão consagrado no art. 21, DUDH/48 e 23, CADH/69.

Apesar de a CADH/69 apenas ter sido ratificada pelo Brasil em 6 de novembro de 1992, através do Decreto nº 678, seu conteúdo é chave para a compreensão da abrangência dos Direitos Humanos no debate político latino americano. Isso, pois, a Conferência Especializada Interamericana de Direitos Humanos de 22 de novembro de 1969, que originou o referido documento, contou com a participação de agentes políticos e especialistas de todas os países membros da Organização dos Estados Americanos, incluindo o Brasil.

Dessa forma, fica evidente que o primeiro e principal objetivo das “Diretas Já” era, no fundo e no final, a defesa de um Direito Humano de primeira dimensão que permitisse a participação dos indivíduos na vida política do seu país, levando em consideração que os mecanismos criados pela ditadura militar na prática impediam esse exercício pelo cidadão, como a obrigatoriedade do Colégio Eleitoral imposta pelo governo Castello Branco e as medidas incluídas no Pacote de Abril durante o governo Geisel.

Dessa forma, a retórica da defesa desse Direito Humano podia ser facilmente confundida com a defesa de diversos outros Direitos Humanos, uma vez que a participação no movimento, no final, era uma forma de manifestar a insatisfação diante de uma situação política, econômica e social que desagradava uma parte considerada da população. Por exemplo, um dos folhetos distribuídos convocando as pessoas a participar do comício de São Paulo, marcado para novembro de 1983 dizia:

“Antes que decidam por nós quem vai ser o novo Presidente. Antes que os decretos e pacotes acabem com os nossos salários. Antes que o desemprego nos mate de fome. Antes que os banqueiros norte-americanos tomem conta do Brasil. Antes que o exército de Reagan invada a Nicarágua como fez em Granada. Precisamos nos juntar e dizer: Basta, ninguém agüenta mais! Neste domingo, una -se a nós e venha para a praça”¹³⁶

O movimento das “Diretas Já” podia ser visto então como uma oportunidade de agasalhar todos os movimentos que haviam falhado ou não haviam sucedido em sua mobilização

¹³⁶ KOTSCHO, Ricardo. Op. cit. P. 14.

completa durante os governos militares anteriores, como a passeata dos cem mil em 1968 e as missas celebradas por dom Evaristo Arns na praça da Sé.

É assim que o significado histórico desse movimento pode ser entendido como indo além dos resultados imediatos que pretendia, uma vez que foi um movimento que fomentou e uniu as críticas contra a ditadura militar de violações de Direitos Humanos por parte de diversos grupos sociais políticos distintos¹³⁷.

Foi a reunificação da oposição atrás de uma única bandeira, o retorno das eleições presidenciais diretas, que comportava toda a insatisfação gerida no seio da população desde o golpe militar de 1964 movida pelas graves violações de Direitos Humanos.

Poderia se argumentar em sentido contrário que a oposição teve uma consciência mais abrangente de que a criminalização da sua linguagem era uma estratégia de governo, mas apenas isso não seria suficiente para atrair os moderados e os simpáticos pelo regime para um embate político tão direto contra o governo. A construção desse pensamento conservador de grande parte da população foi profunda, traumática e prolongada demais para que isso fosse possível sem que toda uma nova linguagem fosse empregada, qual seja, a de proteção de um Direito Humano por essência.

O número de aderentes à campanha da Diretas-Já só seria possível se uma nova linguagem fosse criada e utilizada. Uma que não pudesse ser automaticamente conexa à esquerda (e consequentemente as guerrilhas de esquerda) e, principalmente, ao “comunismo”, que sempre esteve como uma ameaça fantasma no debate político brasileiro. É dessa forma, portanto, que os Direitos Humanos conseguem de fato alcançar sua pretensão à universalidade ao se sobrepor a espectros políticos e discussões partidárias.

O historiador Marcos Eugênio define, nesse sentido, o movimento das “Diretas-Já” como “uma cultura política emergente, desde os anos 70 que reelaborou a tradição e a linguagem através das quais se pensava o lugar do político no Brasil”¹³⁸, que surgiu como uma resposta da negação de Direitos Humanos básicos de primeira dimensão.

¹³⁷ EUGÊNIO, Marcos. **Representações Políticas no Movimento Diretas-Já**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, nº 29, p. 207 – 219, 1995. P. 207

¹³⁸ *Ibid.* P. 208.

A partir das manifestações do final dos anos 70, os temas de democracia e Direitos Humanos superam, no conjunto das falas, o tema das “reformas” e da “revolução”, hegemônicos na década de 60¹³⁹.

Essa alternativa linguística empregada de adotar falas com conteúdo de Direitos Humanos foi fundamental para, como se verá, endossar as manifestações com os números expressivos que obtiveram de apoio popular.

Além disso, as “Diretas-Já” foi uma forma de manifestação muito atípica, que se expressou em um estilo de festa popular, o que tornava muito difícil sua repressão e extremamente fácil sua adesão popular¹⁴⁰.

Ricardo Kotscho narra em seu livro-diário “Explode um novo Brasil – Diário da campanha das Diretas” os bastidores da campanha e como era o sentimento nas ruas. Em suas palavras, descreve como uma festa os comícios organizados em São Paulo no final de 1983:

“Levar a luta pelas eleições diretas para a Presidência da República às ruas, com ampla mobilização popular, como a melhor forma de pressionar o governo federal, o Congresso e o que restou do chamado “Sistema”: este é o objetivo dos partidos – PT, PMDB e PDT – e das entidades – UNE, CUT, Conclat e Comissão Justiça e Paz – que estão coordenando a festa comício de domingo, em frente ao Estádio do Pacaembu.”¹⁴¹

Para isso, o movimento teve de ressignificar o sentido de “manifestação política”, de forma que fosse possível criar legitimidade política em um movimento que pudesse tomar qualquer espaço e qualquer pretexto para se exigir as reivindicações as quais pretendia alcançar.

Nas palavras de Marcos Eugênio:

“Em 1964, o discurso do caso e da baderna conseguiu aglutinar setores conservadores da sociedade em torno do golpe militar. Mas em 1984 a sociedade civil brasileira, festivamente, expressava a necessidade de uma ordem política fundada na liberdade

¹³⁹ *Ibid.*

¹⁴⁰ *Ibid.* P. 216.

¹⁴¹ KOTSCHO, Ricardo. Op. cit. P. 14.

de expressão, na justiça social e na democracia e já não acreditava mais nos arautos do apocalipse.”¹⁴²

De acordo com os dados da Folha de São Paulo levantados em 22 de abril de 1984¹⁴³, o movimento reuniu nas ruas quase 5 milhões de pessoas, se colocando facilmente como a maior manifestação política da história do Brasil até então, sendo os principais comícios os seguintes:

LOCAL	DATA	PARTICIPANTES
São Paulo	21.11.1983	10 mil
Curitiba	12.01.1984	50 mil
São Paulo	25.01.1984	300 mil
Rio de Janeiro	21.03.1984	200 mil
Londrina	02.04.1984	50 mil
Recife	05.04.1984	80 mil
Rio de Janeiro	10.04.1984	1 milhão
Goiânia	12.04.1984	250 mil
Porto Alegre	13.04.1984	200 mil
São Paulo	16.04.1984	1,5 milhão
Vitória	18.04.1984	80 mil

Conforme dados da Folha de São Paulo de 22 de abril de 1984.

O comício da Candelária em 10 de abril de 1984 no Rio de Janeiro, por exemplo, foi considerado na época de proporções nunca vista na história das manifestações políticas populares do Brasil por ter alcançado a marca de mais de 1 milhão de pessoas¹⁴⁴. Nas palavras do historiador Hélio Silva:

“Jamais, em toda a História do Brasil, houve um movimento em que houvesse tão grande participação do povo. Desta vez, não são apenas os líderes políticos, os intelectuais, a mocidade, a massa trabalhadora, isolados ou agrupados. Mas é o povo, o povão, nivelando tudo, avolumando a manifestação, porque este período de 20 anos de privação dos direitos políticos foi o cimento que solidificou a nossa democracia.

¹⁴² EUGÊNIO, Marcos. Op. cit. P. 213.

¹⁴³ CASOY, Boris. Quase cinco milhões de pessoas exigem eleições diretas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de abril de 1984. Matéria de capa. Disponível em <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8750&anchor=4181729&origem=busca&pd=c14788146062e19c706b056d28ce95f9>>. Acessado em 19 de novembro de 2019.

¹⁴⁴ MOREIRA, Maria. Op. cit.; e O GRITO da Candelária: No Rio a maior manifestação da História do Brasil. **Veja**, 18 de abril de 1984. Reportagens. Disponível em <https://web.archive.org/web/20120418015539/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_18041984.shtml>. Acessado em 19 de novembro de 2019.

Daí surgir um povo politizado, como se demonstrará hoje nas ruas, e se imporá daqui para a frente, traçando o futuro do Brasil.”¹⁴⁵

Menos de uma semana depois, o comício da Praça da Sé em 16 de abril de 1984 em São Paulo, atingiu a marca de 1,5 milhão de pessoas¹⁴⁶, consagrando as Diretas Já como de fato a maior manifestação política já vista do Brasil.

Apesar de todos esses esforços, a emenda Dante de Oliveira não passou na Câmara dos Deputados, tendo recebido 298 dos 320 necessários para que pudesse prosseguir no trâmite constitucional. Em todo caso, levando em consideração a composição do Senado Federal, seria improvável que ela fosse aprovada.

No entanto, o movimento das “Diretas-Já” foi capaz de demonstrar historicamente a capacidade política em refazer conceitos e linguagens. Ainda que a emenda Dante de Oliveira tenha sido rejeitada, os quatro meses de intensa campanha foram capazes de alterar profundamente o aspecto político da sociedade brasileira. Nas palavras de Marcos Eugênio:

“Uma nova cultura política emergiu no espaço público, **baseada na ‘linguagem dos direitos’**, no paradigma da democracia, na autonomia do social frente ao Estado. Novos referenciais de ação coletiva foram experimentados, foram afirmados novos valores ético-políticos, **toda herança política brasileira foi repensada**. Arriscamos dizer que as “Diretas Já” se tornaram a referência histórica para as posteriores mobilizações da sociedade civil, vividas na campanha presidencial de 1989, na campanha do *impeachment* em 1992 e na recente Ação da Cidadania contra a Fome e Pela Vida. Em todos estes momentos, as representações simbólicas, a confluência da festa e da política, as mesmas entidades sociais, a mesma linguagem dos direitos serviu para a expressão política.”¹⁴⁷
(Grifo próprio).

Dessa forma, o legado mais importante das Diretas-Já foi a certeza de que a nova linguagem criada ao longo da ditadura militar pela oposição em prol da defesa pelos Direitos Humanos era de fato universal e ia além dos dogmas partidários e ideológicos, sendo capaz de suportar demandas dos mais variados setores, ainda que suas linguagens políticas originárias houvessem sido perseguidas pelo governo.

¹⁴⁵ KOTSCHO, Ricardo. Op. cit. P. 65.

¹⁴⁶ O GRITO da Candelária: No Rio a maior manifestação da História do Brasil. **Veja**, 18 de abril de 1984. Reportagens. Disponível em <https://web.archive.org/web/20120418015539/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_18041984.shtml>. Acessado em 19 de novembro de 2019.

¹⁴⁷ EUGÊNIO, Marcos. Op. cit. P. 218.

Na defesa unificada dos Direitos Humanos contra um regime ditatorial permitiu que fossem criadas as bases de uma agenda suprapartidária que viria a permear todo o processo de redemocratização, inclusive durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e, posteriormente, na própria Constituição Federal de 1988¹⁴⁸ (CRFB/88).

A título de exemplificação, a principal demanda do movimento das “Diretas Já”, qual seja, o voto direto para presidente do país se tornou na CRFB/88, inclusive alvo de um mecanismo de proteção excepcionalíssimo, as cláusulas pétreas, não sendo possível sua edição nem pelo Poder Constituinte Derivado Reformador, mas tão somente por um novo Poder Constituinte, conforme se vê em:

“Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
[...]
§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
[...]
II - o voto direto, secreto, universal e periódico;”

Nesse sentido, lembra-se que, conforme Samuel Moyn, os Direitos Humanos podem assim ser entendidos tão somente quando deixam de lado a raiz histórica liberal-cristã originária do conceito e passam a utilizado de maneira universal inclusive por movimentos sociais, sem se submeter a uma determinada ideologia ou aos interesses de um país.

E, no tocante a essa pretensão à universalidade, o Brasil exemplifica bem a tendência apenas recente de grupo políticos conseguirem ser capazes de utilizar linguagem dos Direitos Humanos para fazer reivindicações na política nacional visando legitimidade de suas demandas e buscando esquivar-se da criminalização estrutural que regimes ditatoriais costumam impor em seus governos.

¹⁴⁸ BRASIL. Constituição (1988). Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 22 de novembro de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se oferecer ao longo desse trabalho uma alternativa à narrativa secular que usualmente se repete dos Direitos Humanos na doutrina. Ao tenta criar uma justificativa histórica longa, no fundo tenta-se oferecer uma maior validade ao conceito, como se longevidade fosse sinônimo de legitimidade e como se a auto evidência necessária à ideia de Direitos Humanos viesse do passado e não do presente.

É de fato inegável que a Revolução Francesa, mas especialmente a filosofia do humanismo no seu ventre, foi essencial para construir pilares conceituais indispensáveis ao conceito de Direitos Humanos, como a ideia mais incisiva de individualismo e a capacidade mais universal de se sentir empatia. No entanto, é preciso também entender e aceitar a influência de outros movimentos históricos para o conceito de Direitos Humanos além do século XVIII, como o contratualismo, o estoicismo, o direito natural e o cristianismo.

Não se pretende com isso esvaziar o conceito, mas tão somente oferecer com mais precisão suas reais origens no seu atual formato. Quando então se compreende que os Direitos Humanos podem ter uma raiz mais recente na história, é possível ter uma visão mais clara de que outros elementos foram capazes de influenciar no seu resultado e quais gatilhos nos trouxeram para o atual estado do conceito.

Nesse ínterim, os Direitos Humanos, enquanto conceito, precisam de um elemento essencial e inerente ao seu propósito, qual seja, sua universalidade. Se se pretende colocar a Revolução Francesa como ponto inicial dos Direitos Humanos, conforme pretende Lynn Hunt, esse ponto da universalidade é ignorado, uma vez que, como demonstrado nos capítulos anteriores, o século XVIII e XIX viu uma ascensão dos direitos nacionais dos cidadãos enquanto membros de um Estado, e não a ascensão de um ordenamento jurídico capaz de ser evocado para transcender a figura do Estado.

Se, por outro lado, pretende-se colocar esse ponto de nascimento no pós-segunda guerra mundial, se ignora o fato de que os Estado Unidos utilizam muitas das prerrogativas de vencedor para impor uma pauta que lhes beneficiasse mais. Isso inclui as declarações de Direitos Humanos do pós-guerra, uma vez que foram usadas principalmente como forma de oposição ao bloco soviético. Sua raiz liberal-cristã é evidente principalmente quando se analisa

o porquê de a DUDH/48 trazer direitos como a liberdade de manifestação religiosa e de propriedade privada e em como o respeito aos Direitos Humanos foi muitas vezes utilizado durante a Guerra Fria como barganha para o oferecimento de auxílio internacional.

Quando se analisa, porém, a década de 1970 e 1980 com os movimentos anti-soviéticos da periferia europeia, os movimentos anti-colonialistas na África e Ásia e os movimentos anti-ditatoriais da América Latina, é possível perceber que há uma mudança radical da utilização dessa linguagem. Não mais ela é utilizada apenas por um grupo ideológico, ela ultrapassa essa barreira e se universaliza de fato, pois esses grupos tão diferentes passam a utilizar uma mesma linguagem de direitos para embasar e legitimar suas demandas, nos moldes defendidos por Samuel Moyn.

Além disso, essa nova linguagem universal passa a poder ser utilizada em fóruns que ultrapassam a autoridade do Estado e são legitimados, inclusive, para provocar intervenções humanitárias, de modo a se sobrepor a um dos mais antigos dogmas do Estado Moderno, qual seja, a soberania.

Ao trazer essa realidade para o Brasil, é possível perceber que os movimentos sociais da década de 80 são muito mais capazes de justificar uma ascensão tão primorosa dos Direitos Humanos no plano nacional do que um movimento revolucionário em outro continente há mais de dois séculos atrás.

No caso das “Diretas Já” a utilização de uma linguagem de defesa dos Direitos Humanos foi essencial para oferecer legitimidade ao movimento e impedi-lo de ser criminalizado e perseguido. Isso, pois, conforme se tentou demonstrar, o governo militar absorveu toda a linguagem política de defesa constitucional ao longo das duas décadas que permaneceu no poder.

Isso significou na prática que qualquer oposição ao regime era facilmente convertida em oposição à ordem constitucional e, conseqüentemente, ilegal e ilegítima, devendo ser perseguida com todo o poder da máquina estatal. Ao levantar a bandeira, não de oposição ao regime ou à ordem constitucional, mas de defesa aos Direitos Humanos, os movimentos sociais brasileiros conseguiram atrair grande apelo popular ao mesmo tempo que conseguem escapar da retórica governista de subversão e perseguição.

Foi na prática a universalização da linguagem dos Direitos Humanos que foi capaz de ir além do espectro político e ir além de agendas partidárias e ideológicas. Isso foi fundamental para que o Brasil fosse capaz de por um fim a uma ditadura e fundar as bases do que veio a ser um Estado Direito garantidor dos Direitos Humanos sem qualquer tipo de violência ou movimento armado. Apenas com a retórica unificadora de Direitos Humanos o movimento conseguiu ser bem-sucedido em acabar com as bases de apoio da ditadura, ainda que as “Diretas Já” tenha falhado no seu objetivo imediato de implementar eleições diretas nas eleições de 1985.

Isso se torna essencial para o Brasil justamente numa época em que se evidencia tão flagrantemente a violação sistemática de Direitos Humanos pelo aparelho estatal, com a perseguição de grupos minoritários, alargamento da discriminação, aumento do desmatamento e acidentes ambientais, etc. É o retorno progressivo de uma retórica polarizadora e radical que há muito já parecia ter sido abandonada, o que, inclusive, coloca em xeque a ideia evolucionista de Lynn Hunt.

Saber então de onde vieram os Direitos Humanos e em que contexto foi possível sua ascensão no Brasil permite saber quais rumos eles estão tomando no presente e quais as reais dimensões esses direitos podem tomar. Além disso, essa análise do surgimento recente dos Direitos Humanos permite que se revise a história nacional, justamente em um momento em que ela parece ter sido tão esquecida.

Dessa forma, pretendeu-se, por fim, ao longo desse trabalho, oferecer uma alternativa, não apenas doutrinária e histórica sobre o conceito e justificativa dos Direitos Humanos, mas uma alternativa também para o presente, de modo que o futuro não repita o passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-terra-1>>. Acessado em 30 de outubro de 2019.

ALMEIDA, MARIA. **Veja sob Censura**. Jaboticaba: São Paulo, 2008.

ANDRADE, Auro Moura. **Um congresso contra o arbítrio: diários e memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ARENDT, Hanna. **The Origins of Totalitarianism**. New Edition with added prefaces. A Harvest Book: San Diego, 1979.

BELL, David. **The First Total War: Napoleon's Europe and the Birth of Warfare as We Know It**. Nova Iorque: Houghton Mifflin Company, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo -1945/1964). **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 133-161, jun. 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-644519890002000008&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 15 de outubro de 2019.

BRASIL. **Ato institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

BRASIL. **Ato institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1967**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

BRASIL. **Ato institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm>. Acessado em 31 de outubro de 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acessado em 7 de novembro de 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-13-69.htm>. Acessado em 7 de novembro de 2019.

¹ BRASIL. **Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-14-69.htm>. Acessado em 7 de novembro de 2019.

BRASIL. Constituição (1946). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 22 de novembro de 2019.

BRASIL. Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L785.htm>. Acessado em 22 de novembro de 2019.

BRASIL. Presidente (1961-1964: João Goulart). **Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964.** Brasil, 1964. Disponível em < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-goulart-1963>>. Acessado em 29 de outubro de 2019.

CARTA das Mulheres aos Constituintes de 1987. Disponível em < https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-

mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-

Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf>. Acessado em 1º de novembro de 2019.

CASOY, Boris. Quase cinco milhões de pessoas exigem eleições diretas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de abril de 1984. Matéria de capa. Disponível em < <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=8750&anchor=4181729&origem=busca&pd=c14788146062e19c706b056d28ce95f9>>. Acessado em 19 de novembro de 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. 2014. Disponível em < http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571> . Acessado em 7 de novembro de 2019.

CONVENÇÃO Americana sobre Direitos Humanos. 22 de novembro de 1969. Disponível em < https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acessado em 22 de novembro de 2019.

D'ARAUJO, Maria; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DECLARAÇÃO de Independência dos Estados Unidos da América. 4 de julho de 1776. Disponível em < <http://www.ushistory.org/declaration/document/>>. Acessado em 1º de novembro de 2019.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. 10 de dezembro de 1948. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acessado em 20 de novembro de 2019.

DISCURSO de Vladimir Palmeira, de 25 de junho de 1968. Disponível em < http://www.vladimirpalmeira.com.br/ano1968_4.html>. Acessado em 20 de novembro de 2019.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Presidente (2001 – 2009: George W. Bush). **Discurso por ocasião do ultimato dado ao então presidente Saddam Hussein para sair do Iraque em até 48 horas**. Washington, 17 de março de 2003. Disponível em < <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html> >. Acessado em 1º de novembro de 2019.

EUGÊNIO, Marcos. **Representações Políticas no Movimento Diretas-Já**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, nº 29, p. 207-219, 1995.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 36ª ed. Vozes: Petrópolis, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

HOFFMAN, Stefan-Ludwig (Ed.). **Human rights in the twentieth century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil – Diário da Campanha das Diretas**. Brasiliense: São Paulo, 1984.

MENDES, Gilmar; e BRANCO, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOYN, Samuel. **Human Rights and the uses of history**. Londres, Reino Unido: Verso, 2014.

MOYN, Samuel. On the Genealogy of Morals. **The Nation**, Nova Iorque, 16 de abril de 2007.

NOWAK, Manfred. **Introduction to the International Human Rights Regime**. Leiden, Países Baixos: Martinus Nijhoff Publishers, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Lista de Operações de Manutenção da Paz entre 1948 e 2018**. Disponível em <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/180413_unpeacekeeping-operationlist_2.pdf>. Acessado em 1º de novembro de 2019.

O GRITO da Candelária: No Rio a maior manifestação da História do Brasil. **Veja**, 18 de abril de 1984. Reportagens. Disponível em <https://web.archive.org/web/20120418015539/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_18041984.shtml>. Acessado em 19 de novembro de 2019.

PORTELA. Paulo. **Direito Internacional Público e Privado**. 9. ed. Salvador: Jus Podium, 2017.

RAMOS, André. **Curso de Direitos Humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RIEFF, David. The End of Human Rights? **Foreign Policy**, Washington, 9 de abril de 2018. Argument. Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2018/04/09/the-end-of-human-rights-genocide-united-nations-r2p-terrorism/>>. Acessado em 4 de novembro de 2019.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989..

STARLING, Heloísa (Coord.). **Brasil Doc. Arquivo Digital do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória**. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais,

2001. Disponível em < <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/> >. Acessado em 29 de outubro de 2019.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VASAK, Karel (Org). **As dimensões internacionais dos direitos do Homem**. atual. UNESCO: Lisboa, 1983.